

**Sofia Corradi**

**A MOBILIDADE  
INTERNACIONAL  
DOS  
ESTUDANTES  
UNIVERSITÁRIOS**

**ERASMUS E ERASMUS PLUS**

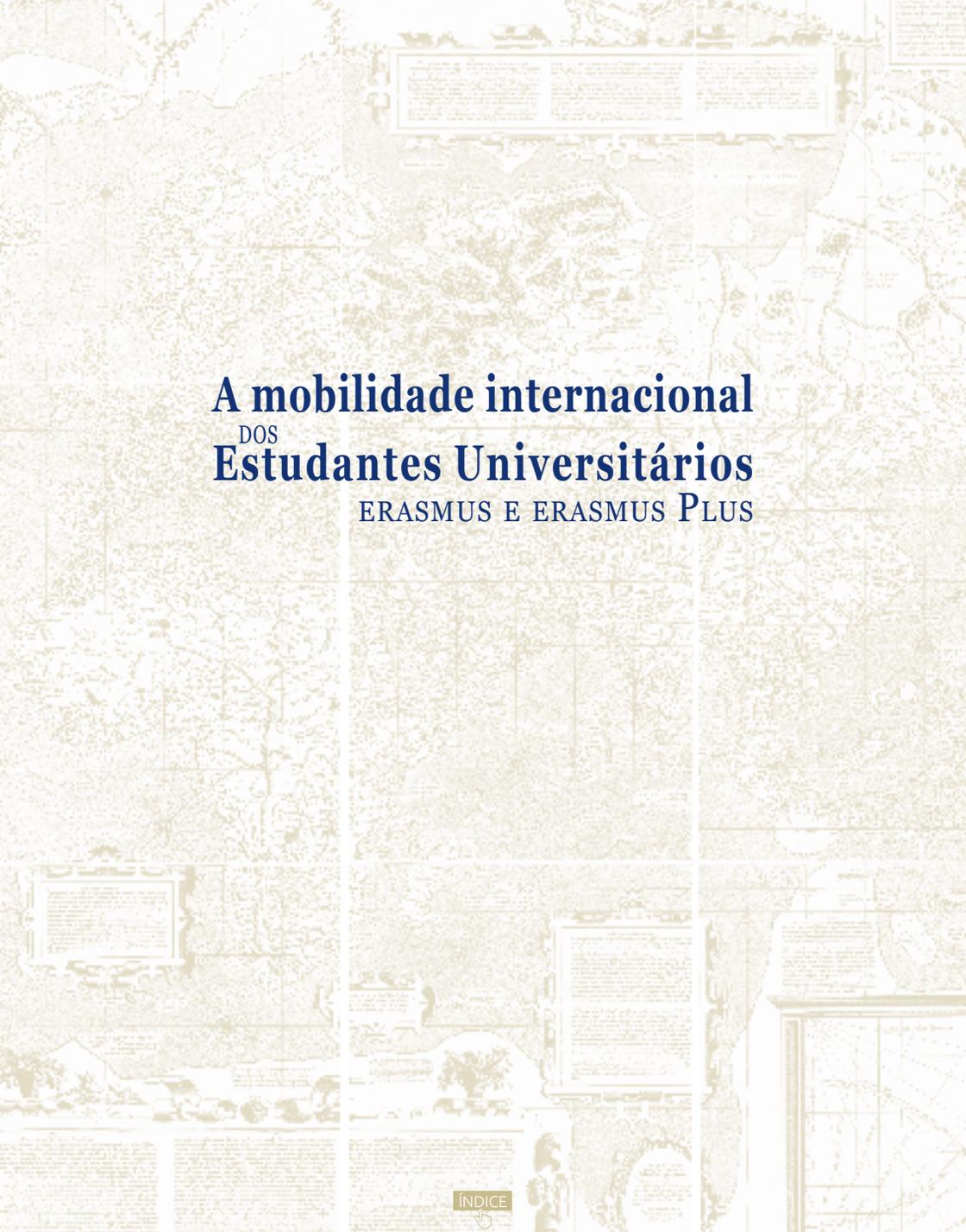
Apresentação de **Rebeca Grynspan**  
Prólogo de **Silvia Costa**

FUNDAÇÃO ACADEMIA EUROPEIA E  
IBERO-AMERICANA DE YUSTE

2018

ÍNDICE

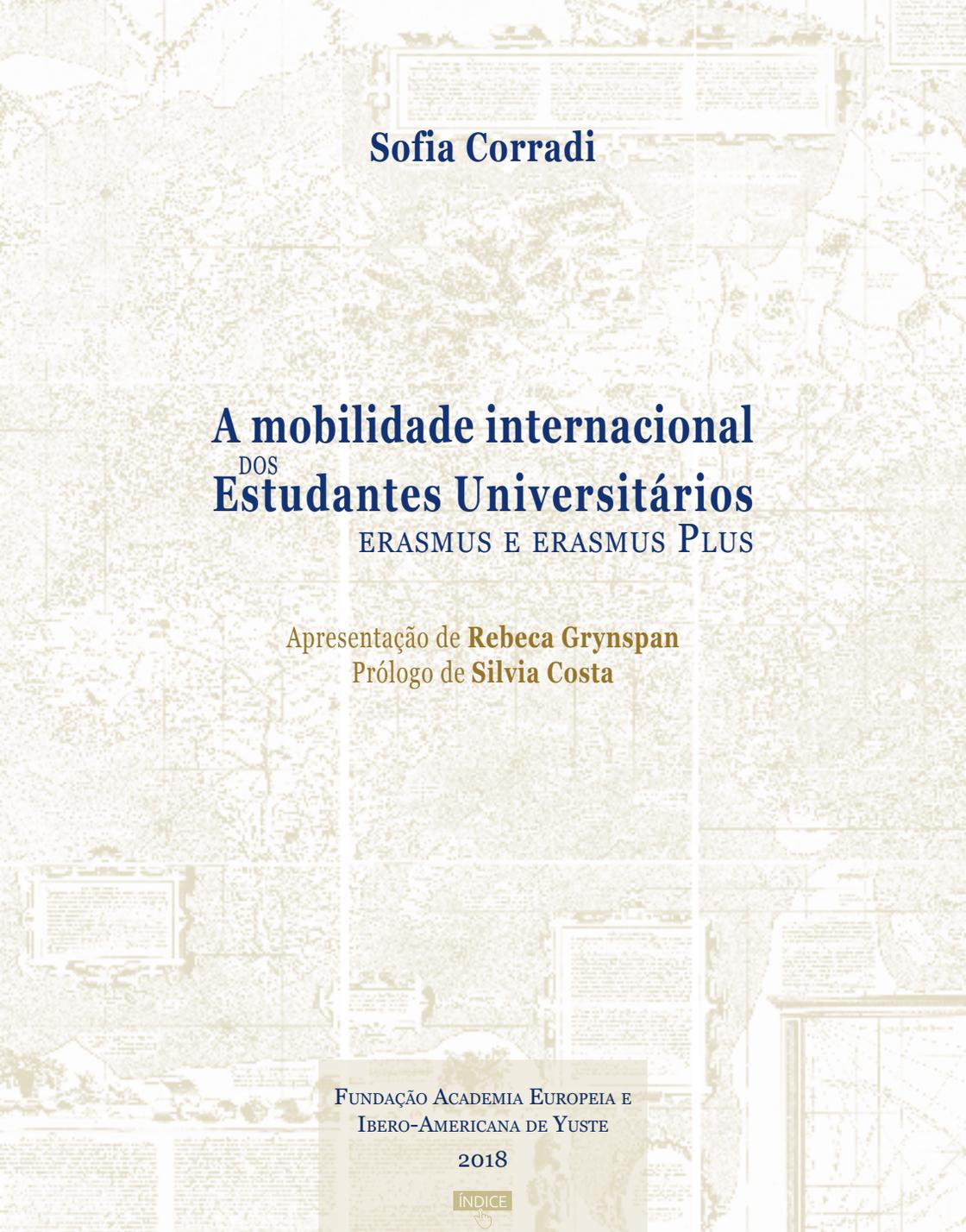




**A mobilidade internacional**  
DOS  
**Estudantes Universitários**  
ERASMUS E ERASMUS PLUS







**Sofia Corradi**

**A mobilidade internacional**  
DOS  
**Estudantes Universitários**  
ERASMUS E ERASMUS PLUS

Apresentação de **Rebeca Grynspan**  
Prólogo de **Silvia Costa**

FUNDAÇÃO ACADEMIA EUROPEIA E  
IBERO-AMERICANA DE YUSTE

2018

ÍNDICE





**Edita:**

Fundação Academia Europeia  
e Ibero-Americana de Yuste  
www.fundacionyuste.org

**Coordenação da edição:**

Rebeca Grynspan Mayufis  
María Salvadora Ortiz  
Juan Carlos Moreno Piñero  
César Chaparro Gómez  
Miguel Ángel Martín Ramos  
José Luis Forte Zarcero  
Rafael González Martínez de Tejada

**Equipe Editorial da Fundação Academia Europeia  
e Ibero-Americana de Yuste:**

Juan Carlos Moreno Piñero  
César Chaparro Gómez  
Miguel Ángel Martín Ramos  
Fernando Iglesias García  
Maria José Muriel Santurino  
Rafael González Martínez de Tejada  
Nuria Verdiguier Céron  
Beatriz Cartas Gómez  
Adolfo Rico Rodríguez  
María Bardají Gálvez  
Purificación Díaz Blázquez  
Manuel Aguilar Yuste  
Esperanza Rayo Fernández  
Felipe Domínguez Corchero  
Francisca Merino Fuentes  
Guadalupe López Tena  
Verónica Guillén Melo  
José Luis Forte Zarcero

A presente publicação contou com o apoio da Junta de Extremadura, da Secretaria Geral Ibero-Americana, da Diputación de Cáceres e da Diputación de Badajoz..



Esta publicação reflete unicamente a opinião da autora, e a Fundação Academia Europeia e Ibero-Americana de Yuste não se responsabiliza do uso que se possa fazer da informação aqui contida.

**Edita:**

Fundação Academia Europeia e Ibero-Americana de Yuste  
[www.fundacionyuste.org](http://www.fundacionyuste.org)

© Sofia Corradi 2018  
[www.sofiacorradi.eu](http://www.sofiacorradi.eu)

© Fundação Academia Europeia e Ibero-Americana de Yuste, 2018  
Real Mosteiro de Yuste. E- 10430 Cuacos de Yuste. Espanha  
[www.fundacionyuste.org](http://www.fundacionyuste.org)

**Tradução do texto original do castelhano ao português:** Larissa Andrade

**Diseño:** Control P. [estudio@control-p.eu](mailto:estudio@control-p.eu)

Este livro foi publicado em sua versão original em italiano e em inglês e depois em espanhol pela Fundación Academia Europea e Iberoamericana de Yuste. Todas as versões estão disponíveis tanto em formato impresso (em um só volume) quanto em formato eletrônico, disponível para download de maneira gratuita no site da autora ([www.sofiacorradi.eu](http://www.sofiacorradi.eu)). O livro no formato eletrônico pode ser baixado, impresso, traduzido, reproduzido ou transferido a outros sites, em parte ou totalmente, de maneira gratuita sempre que não seja para uso comercial, e que a autora e a fonte sejam citadas.

Esta nova edição em português, publicada em formato eletrônico pela Secretaria-Geral Ibero-Americana, corresponde às edições anteriores.

Os pesquisadores e estudantes interessados no tema desenvolvido nesta publicação encontrarão os textos originais dos documentos citados nos arquivos do projeto internacional e de organizações europeias, assim como nos arquivos das universidades italianas e europeias existentes naquele momento.

A professora Sofia Corradi ficará feliz de, na medida do possível, facilitar a cópia de qualquer documento que ela possa ter, assim como informação complementar, aos pesquisadores e estudantes interessados. É possível entrar em contato com ela em inglês ou em italiano por e-mail ou através do seguinte endereço:

Via Girolamo Dandini, 13. Rome 00154 (Italia)

E-mail: [sofia@sofiacorradi.eu](mailto:sofia@sofiacorradi.eu)

Sofia Corradi, Mamma-Erasmus e X Prêmio Europeu Carlos V



*Para os alunos Erasmus, para todos e cada um deles.*

S.C.



# Índice

APRESENTAÇÃO <i>de Rebeca Grynspar</i> .....	15
PRÓLOGO <i>de Silvia Costa</i> .....	23
1. Introdução .....	31
2. Ano 1963. Educando para a internacionalização .....	35
3. Ano 1969. A autonomia universitária como um instrumento para a fundação do Programa Erasmus .....	37
4. O memorando de Sofia Corradi de 1969 .....	42
5. Os testemunhos dos presidentes Alessandro Faedo e Vincenzo Buonocore .....	46
6. As reuniões bilaterais ítalo-germânicas e ítalo-francesas de 1969 .....	52
7. Ano 1970. A adoção da Lei 910/1969 e as oportunidades internacionais .....	65
8. Ano 1971. A reunião ítalo-germânica em Bad Godesberg (Bonn) e a Circular do Ministro Misasi .....	67
9. Anos 1971-73. O Relatório de Jeanne, Por uma Política Europeia de Educação .....	73



10. Ano 1974. A cooperação interuniversitária como um instrumento para a promoção de uma cultura de paz .....	75
11. O Relatório Dahrendorf de 1974, Educação na Comunidade Europeia .....	83
12. Ano 1975. O Informe Maclet. A circular do ministro Franco Maria Malfatti .....	85
13. Anos 1975 e 1976. Os acordos de Helsinque e o Seminário de Reitores de Trieste. ....	86
14. Ano 1976. A Resolução Europeia de 9 de fevereiro. Os Programas de Estudo Conjunto .....	88
15. Ano 1980. A nova disposição italiana sobre cooperação universitária internacional .....	90
16. Ano 1982. As reuniões ítalo-germânicas de Bad Godesberg e de Hamburgo .....	92
17. Ano 1983. A reunião ítalo-germânica em Gênova .....	95
18. Ano de 1984. Resolução do Parlamento Europeu de 13 de Março. ....	104
19. Ano 1985. A Europa dos cidadãos .....	105
20. Ano 1986. Aprovação do Plano Geral Erasmus pelos organismos comunitários .....	106
21. Ano 1987. O lançamento definitivo do Programa Erasmus ...	109
22. La eficacia educativa de los estudios en el extranjero .....	113
23. Os estudos no exterior segundo a experiência dos participantes .....	119
24. Ano 1989. A reunião ítalo-germânica em Villa Vigoni .....	123
25. Ano 2004. A «Geração Erasmus» .....	125
26. Ano 2014. O Programa Erasmus Plus e sua dimensão global .	126
SOBRE A AUTORA .....	133
A FUNDAÇÃO ACADEMIA EUROPEIA E IBERO-AMERICANA DE YUSTE .....	137

# Apresentação

## “MOBILIDADE ACADÉMICA: UM VEÍCULO PARA A FORMAÇÃO DE IDENTIDADES INCLUSIVAS E CAPACIDADES RESILIENTES”

A experiência manifesta que a mobilidade internacional dos estudantes, professores e investigadores constitui uma das alavancas mais poderosas para a construção de um espaço comum do conhecimento.

Neste sentido, não existe melhor referência no mundo que Sofia Corradi para nos guiar pelos caminhos do entendimento. A mobilidade do saber. Foi uma das grandes impulsionadoras da iniciativa de mobilidade académica com maior êxito do mundo: O programa Erasmus. Por esse motivo, os europeus tratam-na carinhosamente por *Mamma Erasmus*.

É para mim uma honra e um prazer prefiar a nova obra de Sofia Corradi, cujo objetivo principal consiste em ajudar o leitor a compreender o verdadeiro espírito deste extraordinário



programa e a sua contribuição para a construção de uma cultura e uma identidade europeia comuns.

Ao longo de 30 anos, este programa ofereceu oportunidades de estudo e experiências enriquecedoras a mais de 4,4 milhões de estudantes universitários no espaço europeu<sup>1</sup>, desempenhando um papel fundamental na promoção da inclusão social e na defesa de uma educação centrada em valores que promovem a integração, fomentam o debate, incentivam a reflexão e fortalecem o sentido de uma identidade inclusiva.

Todos os que se dedicam à cooperação e ao desenvolvimento devem ver este trabalho e entendê-lo, verdadeiramente, como um roteiro para a construção de espaços de mobilidade académica sólidos. Espaços que permitam a melhoria da nossa estrutura institucional de acordos com as exigências de uma cidadania cada vez mais crítica.

No estudo do desenvolvimento económico, estamos a chegar a um consenso importante: não há crescimento sem instituições abertas, fiáveis e ligadas à cidadania. Durante muitos anos, o pensamento sobre o desenvolvimento económico não considerou o benefício dos ativos intangíveis por carecer de métricas para os medir nos seus modelos. No entanto, o paradigma está a mudar, gerando consenso em que são precisamente os valores intangíveis os principais catalisadores do desenvolvimento. Um exemplo claro desse facto é o programa Erasmus.

---

1 Comissão Europeia 2017: [http://ec.europa.eu/programmes/erasmus-plus/about/factsheets\\_es](http://ec.europa.eu/programmes/erasmus-plus/about/factsheets_es)

Com uma mala carregada de futuro e a estranha sensação de se enfrentar com o desconhecido, qualquer estudante que decida complementar a sua formação com um intercâmbio acadêmico num país diferente do seu, com outro idioma e outros costumes, ficará à porta de uma redescoberta de si mesmo. Na sua experiência, poderá ser capaz de reconhecer que não somos uma única coisa, uma única identidade, mas sim muitas identidades interligadas. Entenderá que não necessita de procurar a identidade no somatório de todas as coisas, mas sim no reconhecimento de cada um e no respeito por essa singularidade. Por exemplo, saberá que se pode ser plenamente ibero-americano falando quéchua, maia ou guarani, mesmo quando os outros falam espanhol e português, ou que se pode ser plenamente europeia sendo cristã, ateia, judia ou muçulmana.

É assim que a mobilidade acadêmica se converte num poderoso veículo capaz de ligar identidades inclusivas, onde podemos continuar a ser “nós mesmos” incluindo “os outros”. Num mundo fragmentado como o atual, onde a xenofobia e o racismo ganham terreno, o reconhecimento e o respeito pelos “outros” através de identidades inclusivas conquistará um espaço de tolerância e paz.

Neste contexto, paralelamente, enfrentamo-nos com os efeitos provocados pela chamada Quarta Revolução Industrial. Estima-se que, por volta do ano de 2030, entre um terço e metade dos postos de trabalho atuais terão sido automatizados ou terão ficado obsoletos, e três quartos das 500 maiores empresas do mundo terão desaparecido ou terão sido substi-



tuídas por outras. Cerca de 15% das pessoas viverão num país diferente do país em que nasceram e metade de todos os trabalhadores serão trabalhadores independentes<sup>2</sup>.

Este é o mundo em que teremos que competir, um mundo em que não serão os peixes grandes a comer os mais pequenos, mas sim em que os peixes mais rápidos deixarão para trás os mais lentos.

Perante isto, a mobilidade académica proporciona-nos outro benefício inestimável, uma vez que contribui para desenvolver capacidades pessoais muito importantes, tais como as relações intra-pessoais e interculturais, a resolução de problemas e a adaptabilidade necessária para trabalhar em ambientes internacionais. Também cria as condições adequadas para destruir preconceitos e tornar-nos mais tolerantes e inclinados para a colaboração intergrupala. Estas são parte das novas capacidades que serão necessárias para os novos trabalhos do futuro. Um futuro de trabalhadores interligados e estudantes globalizados.

Na qualidade de Secretária Geral Ibero-Americana, gostaria de contribuir com alguma reflexão sobre estes processos de mobilidade académica na nossa região, pois este é um dos maiores desafios com que se confrontam as nossas sociedades.

A América Latina tem a taxa de mobilidade académica mais baixa do mundo. Sabemos, graças a diferentes estudos, que o intercâmbio está decisivamente ligado ao emprego e

---

2 Documento SEGIB 20180315 Buenos Aires Camino al G-20

à expansão de oportunidades. Enquanto que na Ásia 7% dos universitários praticam alguma mobilidade internacional, na América Latina apenas um pouco menos de 1% o faz<sup>3</sup>.

No entanto, assistimos a uma mudança de paradigma. Uma oportunidade histórica: a expansão da educação superior na América Latina passou de 13% em 1980 para 47% em 2015, segundo dados da UNESCO<sup>4</sup>. E o mais importante: dois terços dos estudantes que hoje seguem os seus estudos universitários na região são a primeira geração nas suas famílias a fazê-lo.<sup>5</sup>

Se queremos competir no futuro devemos aproveitar esta conjuntura e melhorar a formação dos nossos jovens para que estes se possam adaptar a um mundo em perpétua transição, hiperligado, caracterizado pela incerteza, complexidade e velocidade da mudança.

Os nossos modelos educativos só poderão acompanhar o ritmo se se mantiverem em constante diálogo com a realidade, de forma a poderem desenvolver sistemas mais versáteis, capazes de se adaptarem às necessidades atuais de uma sociedade a que se devem assemelhar. Por este motivo, devemos complementar os nossos esforços educativos com o desenvolvimento de capacidades como o pensamento crítico, a comunicação oral e escrita, o método analítico, ou o traba-

---

3 Documento SEGIB Campus Iberoamérica básico final.

4 UNESCO (2017) *Gross enrolment ratio by level of education* <http://data.uis.unesco.org/index.aspx?queryid=142#>

5 [https://elpais.com/politica/2015/05/22/actualidad/1432301335\\_637911.html](https://elpais.com/politica/2015/05/22/actualidad/1432301335_637911.html)

lho em equipa, capacidades que não se tornam obsoletas e que são exigidas na vida pessoal e profissional, seja qual for o trabalho. Os *soft skills* que programas como o que nos legou Sofia Corradi fomentam de modo excepcional.

É por isso que, a partir da Secretaria Geral Ibero-Americana (SEGIB), inspirados no programa Erasmus europeu, promovemos há quatro anos o projeto Campus Iberoamérica, acordado pelos Chefes de Estado na XXIV Cimeira Ibero-Americana em Veracruz, México, no ano de 2014.

O objetivo deste programa consiste em criar um espaço de conhecimento ibero-americano que incentive a criação de novos canais de mobilidade e integre outros já existentes numa estrutura comum. Com isso, procuramos igualar as oportunidades para toda a comunidade estudantil da região e contribuir para elevar a qualidade da educação superior. Ficamos repletos de ilusão quando as pessoas se referem a este programa como o “Erasmus Ibero-americano”. Para que não hajam dúvidas: o nosso objetivo é precisamente replicar as conquistas de Sofia Corradi na nossa região.

Gostaria de agradecer o esforço que foi realizado para traduzir esta obra para as línguas oficiais da região ibero-americana. É para nós fundamental que as comunidades de língua espanhola e lusofalantes se possam aprofundar na obra de Corradi sobre a experiência Erasmus. O texto original, escrito em italiano, nasce com uma poderosa vocação internacional, pelo que conseguir a sua difusão através dos vários canais de comunicação com que atualmente contamos, significa cumprir a sua vocação.



A educação é, indubitavelmente, um dos melhores investimentos que podemos fazer em benefício do nosso desenvolvimento sustentável. Com esta obra, Sofia Corradi abre o caminho para modelos educativos que fomentam os valores da convivência.

**Rebeca Grynspan**



# Prólogo

É para mim um grande prazer apresentar a tradução deste livro de Sofia Corradi publicado inicialmente de forma bilíngue em inglês e em italiano, e depois em espanhol pela Fundación Academia Europea e Iberoamericana de Yuste.

Com o propósito de ajudar o leitor a adquirir um conhecimento adequado do novo Programa Erasmus Plus (2014-2020), a autora narra a história subjacente da árdua elaboração do modelo (1963-1986) de um dos programas europeus mais populares e conhecido como Erasmus, que hoje em dia se considera a mais exitosa de todas as iniciativas europeias no campo da educação. De fato, esse programa demonstrou ser um dos instrumentos mais produtivos para a promoção da cidadania europeia, graças à experiência e conhecimentos concretos que proporciona e cria. Esta ideia também surge das recentes pesquisas realizadas, que revelam um valioso exemplo do que se denominou «estudantes Erasmus»: pessoas mais pró-europeias que outras da sua mesma faixa etária, no melhor sentido da palavra.



Conscientes disso, desde 1987, o ano de seu lançamento, até 2017, o Programa Erasmus mobilizou aproximadamente cinco milhões de estudantes, cerca de quatro mil instituições europeias de educação superior e, durante o presente ano acadêmico, mais trezentos mil estudantes universitários estão aproveitando esta oportunidade educativa e de crescimento. Desde janeiro de 2014, o novo programa denominado «Erasmus Plus», herdeiro direto e continuação do programa original, foi ampliado para incluir trabalho e espírito empreendedor e fomentar o conhecimento das alianças, assim como se estender para adotar áreas geográficas fora da Europa, mais do que no passado.

Gostaria de sinalizar que o «Plus» do título no novo programa se refere ao fato de que, sob o «guarda-chuva» Erasmus, iniciativas europeias como os Programas Leonardo e Comenius e o Serviço de Voluntariado Europeu, a favor do ensino secundário e da formação profissional, e que envolvem também professores e educadores, continuam e estão se fortalecendo graças ao Parlamento e a outros dois programas europeus importantes: «Juventude em Ação» e «Erasmus Mundus». Assim, foram adotados outros mecanismos simplificados de forma intencionada, e foram incluídas três atividades-chave, transversais a todos os setores: a mobilidade de pessoas com propósitos educativos, a cooperação para a promoção da inovação e o intercâmbio de boas práticas e a reforma de políticas. Em relação ao anterior, e pela primeira vez, foram incluídas iniciativas relacionadas com o setor do esporte.



Em tempos de crise econômica considerável e cortes por parte do Conselho de Ministros, a proposta orçamentária para 2014-2020 realizada pela Comissão e pelo Parlamento oferece «boas notícias», já que a União Europeia decidiu designar ao novo programa Erasmus Plus a considerável soma de 14,7 bilhões de euros (um incremento de 45%), além da designação do orçamento destinado aos sete anos anteriores. Isso sugere que, no centro da renovação prevista para a estratégia de 2020, se apoia a promoção das competências e recursos humanos, o avanço da educação e dos sistemas de formação, uma melhor relação com o mercado laboral, pesquisa e inovação, além da disposição de favorecer a mobilidade dentro da Europa e internacionalmente. Sabemos que um dos pais fundadores da Europa (qual deles é motivo de controvérsia), quando perguntaram *a posteriori*, baseando-se em experiências passadas, por onde ele começaria se tivesse que voltar a construir a integração europeia novamente, ele respondeu que sem dúvida nenhuma começaria pela educação.

Nos últimos anos, a Europa enfrentou a maior crise econômica e financeira desde o pós-guerra da segunda mundial. Uma crise que, na minha opinião só pode ser abordada através de sua dimensão ética e da necessidade de um novo sistema de valores que considere a cultura, a educação, a criatividade, a herança material e imaterial como base da qual podemos começar de novo. Esses aspectos são necessários não só por um crescimento «inteligente, inclusivo e sustentável», mas também por um futuro nascido de um pensamento ambicioso, com profundas raízes e uma ampla visão política.



A cultura e a educação precisam, portanto, ser consideradas como valores intrínsecos, fatores econômicos, instrumentos de diálogo e coesão social, características de inovação e competição saudável. Estou realmente convencida de que a Europa não pode existir sem cultura, e de que a cultura não pode existir sem a Europa. Apesar dos muitos aspectos críticos, não se pode negar que a pesquisa, a educação e a cultura podem atuar sinergicamente para engendrar um novo «Renascimento Europeu», explorando, promovendo e unificando o potencial das instituições educativas nacionais e europeias, para construir um sistema integrado que inclua as instituições de educação superior, escolas secundárias, centros de pesquisa e indústria.

Não foi fácil para o Parlamento garantir que o Conselho de Ministros inclua a cultura e a educação completa e adequadamente sem novo orçamento para 2014-2020, não só naqueles programas relativos estrita e especificamente à cultura e à educação, mas também para outras iniciativas, que não abordam um só setor, mas sim trabalham como um recurso transversal.

Portanto, me sinto agradecida a Sofia Corradi por esta maravilhosa publicação e por me convidar para apresentá-la. Conheço-a há muitas décadas e presenciei a prolongada luta que enfrentou até chegar às disposições, através das quais a experiência de vida e estudar no exterior já não serão mais um privilégio para poucos, e sim uma oportunidade disponível para muitos. Como acontece habitualmente com o realmente novo, não foi fácil aceitar o modelo Erasmus, embora hoje em dia seja visto com sumo interesse por culturas e países que consideramos remotos.

Portanto, este livro pode ser muito útil para aqueles que já estão familiarizados com o programa Erasmus, e para aqueles (instituições e indivíduos) que não adquiriram de maneira conscientizada o conhecimento desta ferramenta educativa e gostariam de explorar seu potencial multifacetado ao máximo. De fato, o modelo Erasmus criado por Sofia Corradi é um instrumento produtivo que promove o crescimento educativo e pessoal. Pelo interesse comum da humanidade, quanto mais familiarizados estejamos com sua lógica básica, melhor capacitados estaremos para tomar vantagem disso, educar as pessoas na cidadania ativa, amizade intercultural e entendimento mútuo, que hoje em dia são mais necessários que nunca. De fato, se a diversidade é riqueza, a paz é uma necessidade.

### **Sílvia Costa**

Membro da Comissão de Cultura e Educação do Parlamento Europeu

Membro do Parlamento Europeu desde julho de 2009

Presidenta da Comissão de Cultura e Educação do Parlamento Europeu (entre julho de 2014 e janeiro de 2017).





**A mobilidade internacional**  
DOS  
**Estudantes Universitários**  
ERASMUS E ERASMUS PLUS





## 1. INTRODUÇÃO

Entre 1987 e 2017, aproximadamente cinco milhões de estudantes universitários europeus passaram um ou dois semestres estudando em uma instituição de ensino superior no exterior e obtiveram o reconhecimento completo dos créditos que ali superaram. Portanto, sua experiência de estudos no exterior não atrasou a obtenção de seus títulos universitários (*Laurea*, na Itália) em suas universidades de origem. No presente ano acadêmico, trezentos mil estudantes mais se beneficiam do Programa. Um pouco mais de quatro mil universidades europeias e outras instituições de educação superior participam atualmente nestes intercâmbios. Isso resume brevemente o Programa Erasmus original da União Europeia, onde ERASMUS é um anagrama do nome oficial em inglês *European Region Action Scheme for the Mobility of University Students* (*Plano de Ação da União Europeia para a Mobilidade de Estudantes Universitários*).



Em 5 de dezembro de 2013, seguindo a proposta da Comissão (governo da União Europeia ou poder executivo), o Parlamento Europeu (agora colegislador junto com o Conselho Europeu de Ministros) decidiu renovar e ampliar o Programa Erasmus para o período de 2014-2020. Apesar da grave crise econômica global, o orçamento cresceu 45%. O total aproximado foi de cerca de 15 bilhões de euros, aproximadamente 15 bilhões de dólares americanos: uma grande quantia à qual é necessário somar os fundos diretos e indiretos de outros organismos e os dos estados nacionais ou os das diferentes organizações regionais, assim como os do poderoso sistema de instituições europeias de educação superior.

O orçamento não só foi incrementado, como também, com o Erasmus Plus, nome do novo programa (em funcionamento desde janeiro de 2014), o campo operacional do intercâmbio se ampliou para incluir outras áreas da experiência humana, como o serviço de trabalho voluntário internacional e as instituições locais em estados não pertencentes à União Europeia. Este fenômeno não só já alcançou dimensões destacáveis, como continua crescendo. Ao mesmo tempo, as «boas práticas» que surgiram no passado estão sendo estudadas com profundo interesse por muitas instituições, tanto europeias quanto não europeias, muitas das quais não puderam participar de forma direta nos intercâmbios Erasmus até a presente data.

Este livro, um resumo de ensaios e livros anteriores escritos em italiano, foi publicado pela primeira vez quando se celebrou o 20º aniversário do Programa Erasmus em 2007, e



coincidindo com o 50º aniversário da assinatura do *Tratado de Roma* em 1957 que, como sabemos, é a base do que hoje em dia conhecemos como União Europeia.

Esse texto é uma tentativa de resumir o objetivo histórico da criação do Programa Erasmus e uma fonte de material disponível para qualquer pessoa que tente aprofundar sua pesquisa. Os nomes das pessoas que, com suas diferentes capacidades, contribuíram na fundação do Programa, são lembrados com especial atenção nos primeiros anos. É por esta razão que o valor simbólico é atribuído a eventos que podem não parecer importantes nesse tempo. A inevitável fragmentação desse trabalho (que não pretende ser exaustivo) pode também ajudar o leitor a entender um período histórico tão complexo e difícil como estimulante.

Em retrospectiva, a evolução ocorrida pode parecer óbvia, mas o projeto construído sobre as ruínas de uma Europa devastada pela Segunda Guerra Mundial (1939-1945), e que sofria a Guerra Fria, verdadeiramente não foi fácil. Foi uma viagem empreendida com otimismo e forte determinação por gente com boa vontade, pertencente a culturas que, nessa época, eram consideradas muito distantes umas das outras. Seu compromisso mútuo compartilhava princípios como o da autonomia universitária, a importância das universidades como peça-chave nas relações culturais internacionais, a educação como um direito fundamental, a unidade de pesquisa e ensino universitário e, por último, mas não menos importante, de paz entre as nações.

## 2. ANO 1963. EDUCANDO PARA A INTERNACIONALIZAÇÃO

Um fator que caracteriza a década dos sessenta, em geral, foi a inércia do sistema universitário em seu conjunto, fazendo com que as dificuldades legais e administrativas fossem praticamente insuperáveis. Na Itália, até 1969, o plano de estudos de um estudante universitário era extremamente rígido, ou era formado por cursos pré-estabelecidos quase em sua totalidade. Na maioria dos países europeus, a situação era análoga.

Em 1958, Sofia Corradi se interessou especialmente pelo reconhecimento acadêmico dos estudos realizados no exterior. Como ganhadora das becas Fulbright da Universidade de Columbia, estudou durante um ano acadêmico (1957-58) na Graduate Law School of Columbia, Nova Iorque, onde fez um Mestrado em Direito Comparado. Em seu retorno à Itália, quando ela perguntou se os estudos que havia realizado no exterior seriam reconhecidos como equivalentes aos três exames que ainda tinha pendentes para conseguir sua *Laurea* em Direito pela Universidade de Roma, sua solicitação não só foi negada, como foi tratada com desprezo e o pedido foi definido como uma «loucura». Sua reflexão posterior sobre o assunto depois de se dar conta do quanto este período de vida e estudo no exterior a havia marcado profunda e positivamente, a convenceu de que esta oportunidade deveria estar disponível para todo mundo.



Em 1962, como única ganhadora da Nona Competição Mundial da Federação de Mulheres Profissionais, assistiu à Comissão de Direitos Humanos da ONU na sede central de Nova Iorque (como chefe da delegação, apesar de ser muito jovem), onde centrou o problema da educação como um direito humano fundamental.

Em 1963, publicou um pequeno estudo (*Educare all'internazionalismo, en I problemi della pedagogia*, Roma, no 2/1963) em colaboração com sua irmã Gemma, que havia tido uma experiência internacional similar. Nesse breve trabalho, quando falava da efetividade educativa durante um período de vida e estadia de estudos no exterior, a palavra «vida» foi escrita intencionalmente *antes* de «estudo».

Os anos anteriores e posteriores a 1963, assim como este mesmo ano, podem ser considerados chave de um curto período durante o qual o mundo escutava as vozes de pessoas como o Papa João XIII (que publicou a encíclica *Pacem in terris*), John Kennedy (*A nova fronteira*), Martin Luther King (*Eu tenho um sonho*). As ideias estavam no ar e Corradi as absorveu e assimilou uns anos antes quando estudava, durante o ano acadêmico 1957-58, na Universidade de Columbia, uma das universidades mais avançadas e progressistas, situada na cidade que era a capital do mundo neste momento. Também deve levar em conta que, no outono de 1957, umas semanas depois da chegada de Corradi à Universidade de Columbia, o mundo estava agitado com a notícia do lançamento do primeiro satélite artificial soviético, o Sputnik 1.

Em 1963, foram publicados na Europa dois textos importantes que determinaram a evolução dos sistemas universitários de seus respectivos países: na Grã-Bretanha, o *Relatório Robbins*, e na Itália, o *Relatório Ermini*.

### 3. ANO 1969. A AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA COMO UM INSTRUMENTO PARA A FUNDAÇÃO DO PROGRAMA ERASMUS

É bastante conhecido que o problema da juventude, especialmente o dos estudantes, atraiu a atenção dos governos devido aos movimentos estudantis que, depois de maio de 1968, continuaram acontecendo durante o ano acadêmico de 1969-1968. A Assembleia Geral de Reitores da União Europeia (CRE, que em 2001 se fusionou com a EUREC, agora conhecida como a Associação Europeia de Universidades), que aconteceu em Genebra, na Suíça, em setembro de 1969, foi enfocada concretamente na autonomia das universidades, e ofereceu às autoridades da Comunidade e aos governos nacionais a chave para redigir as políticas comunitárias em assuntos que não estavam regulamentados pelo *Tratado de Roma*, um marco fundamental na integração europeia.

Hoje em dia pode parecer estranho que o *Tratado de Roma* não tenha levado em conta questões educativas e que a educação não formasse parte dele. Ele só se referiu a ela de forma insignificante nos Artigos 118 e 128, que enfocam a formação profissional, e no Artigo 57, onde o reconhecimento



mútuo das qualificações acadêmicas aparece como um instrumento para favorecer o trabalho profissional em diferentes estados membros da Comunidade. Este desejo de querer ter uma «base legal» no *Tratado de Roma* (uma carência que se mantém até o *Tratado de Maastricht* de 1992) tornou oficialmente inexistentes os ministros do Conselho Europeu de Educação, com o resultado de que todas estas decisões tinham que ser unânimes, e posteriormente aprovadas por um Conselho de Ministros competente em *outras* matérias, como ainda se exigia em 1987, quando o Programa Erasmus recebeu sua aprovação final.

Nos anos cinquenta, sob o auspício do Conselho da Europa, alguns estados haviam assinado acordos em relação ao reconhecimento de estudos realizados no exterior, e um número de convenções, promovidas pela Unesco, que exigiam uma intervenção legislativa «vertical» por parte dos estados.

Pelo contrário, na base da autonomia universitária a iniciativa foi «ascendente». Por exemplo, foi impulsionada de maneira independente pelas universidades, que atuaram como os motores da cooperação internacional entre universidades. Dentro deste marco de autonomia, o antigo conceito de *equivalência* (apesar do fato de que este termo acabou sendo eventualmente utilizado nos documentos) foi definido a nível *intergovernamental* e foi substituído pelo diferente conceito de *reconhecimento*, que cada universidade foi livre para aplicar de forma autônoma. Na base desse tipo de autonomia, os acordos ou as convenções não seriam mais estipulados entre



os estados, e sim *diretamente entre universidades independentes*. Como se pode comprovar, *a mudança de conceitos foi radical e completa*. Pelos motivos acima mencionados, o termo «universidade» se refere a qualquer instituição de educação superior.

Em questão de cooperação dentro da educação superior, o respeito pela autonomia das instituições individuais foi uma característica que se manteve constante e que influenciaria profundamente na ação da Comunidade do setor em seu conjunto. Foi apontado explicitamente que, como resultado, nesta área a Comunidade Europeia não teria um enfoque diretivo. Pelo contrário, uma das características principais, senão a essencial, da política comunitária é que assumiria um «enfoque altamente facilitador»: a Comissão (fundamentalmente, o Governo da Comunidade) proporcionaria a todas as instituições de educação superior os meios pelos quais intercambiar informação e instalar programas ou estâncias, mas a execução e *iniciação* do uso desses meios ou instrumentos de assessoramento se mantiveram completamente nas mãos das instituições individuais, de seus professores e do pessoal administrativo, e de cada um dos estudantes.

O mérito histórico da mudança no método operativo pertence, em grande medida, à já mencionada Assembleia Geral de Reitores da União Europeia (CRE) de 1969. A professora Corradi teve a honra de participar tanto em sua preparação científica, assim como na própria conferência. A Assembleia aconteceu em Genebra ao invés de Bolonha, já que o então



Reitor, Tito Carnacini, havia informado aos membros sobre a incapacidade de garantir sua realização em um ambiente de protestos estudantis. Ele ofereceu sediar a Assembleia da CRE que aconteceu cinco anos depois, em 1974, a qual, como veremos, demonstrou ser de importância histórica.

Foi um período excepcional quanto aos movimentos estudantis, à incerteza de financiamento crônica e muitos outros problemas que exigiam a presença diária dos reitores em suas universidades. A professora Corradi estava convencida de que, em um momento de grande tensão internacional, o caminho mais produtivo para aqueles responsáveis das principais instituições educativas italianas seria investir seu tempo e energia na promoção da paz, no entendimento internacional e em participar deste tipo de reuniões. Foi uma oportunidade para o diálogo que ela acreditou que não se deveria perder.

De 3 a 6 de setembro de 1969, a quarta Assembleia da CRE aconteceu em Genebra. Esta Assembleia atraiu centenas de representantes de instituições de educação superior europeias (principalmente da Europa Ocidental) que se reuniam a cada cinco anos. Em 1969, uma grande delegação da Conferência de Reitores Italianos assistiu ao evento, entre eles a professora Corradi e, baseando-se em sua iniciativa, foram feitos acordos com os reitores da Alemanha Ocidental (membros da Conferência de Reitores da Alemanha Ocidental, ou WRK, siglas de *Westdeutsche Rektorenkonferenz*), localizados em Bonn Bad Godesberg, para abrigar uma reunião ítalo-germânica no início de novembro. O encontro



aconteceu em Ettlingen, perto de Karlsruhe, nos dias 1 e 2 de novembro de 1969.

No mês de setembro, o presidente da Conferência Italiana, Alessandro Faedo, Reitor da Universidade de Pisa, junto com Sofia Corradi, visitou Mario Ferrari Aggradi, então ministro italiano de Educação.

Nesse encontro, o ministro, que estava preparando um projeto de lei para a reforma das universidades italianas (mais tarde conhecido como Rascunho 612), lhes pediu para não esquecerem «*a dimensão internacional das universidades*», e o Presidente Faedo entregou a ele uma nota na qual expunha adequadamente que havia sido “preparada pela Senhora Corradi”. Foi o primeiro rascunho de um memorando que mais tarde foi datado como de 10 de outubro de 1969. O ministro imediatamente aceitou a ideia de incluir, depois do Artigo que liberalizava o expediente dos estudantes (aprovado separadamente em dezembro de 1969, como Lei 910), um capítulo no qual se estabelecia que: «O estudante, inclusive se não pertence a uma família residente no exterior, pode solicitar a realização de parte do seu plano de estudos em uma universidade *estrangeira, sempre e quando presente a documentação para sua prévia aprovação ao Conselho da Faculdade. O Conselho poderá certificar esta equivalência, que será efetiva depois que o estudante, após seu retorno, tenha entregue a documentação que reconhece que sua aprovação nas provas dos estudos realizados no exterior*”.

No texto anterior, a expressão «*equivalência*» se utiliza em um sentido que, adiantado ao seu tempo, na verdade queria



dizer «*reconhecimento*». Como sabemos, durante sua primeira fase a política de integração europeia buscava identificar possíveis critérios capazes de definir a *equivalência* entre os estudos realizados em diferentes países, com o objetivo de medir o número exato de horas de estudo, a natureza formal das provas, etc. A política adotada pelo Programa Erasmus segue os critérios exatos que Corradi descreveu em seu memorando de 1969, que dava direito à cada universidade (onde o estudante estava matriculado pela duração total de seus estudos) a *reconhecer*, baseando-se em seu próprio poder discricionário, os estudos realizados em uma universidade estrangeira. Esta parte do expediente do estudante tinha que ser *reconhecida como «própria» pela universidade que em última instância concede o título do estudante*.

---

#### 4. O MEMORANDO DE SOFIA CORRADI DE 1969

A continuação, são citados de forma extensa fragmentos do memorando redigido por Sofia Corradi, com data de 10 de outubro de 1969, como preparação da reunião de Ettlingen Karlsruhe intitulada «*Equivalência de anos de estudos universitários realizados por estudantes italianos em universidades estrangeiras*». Seu objetivo foi imediatamente estabelecido: «*Dar aos estudantes italianos a possibilidade, dentro do total de quatro anos, de realizar, por exemplo, três anos em uma universidade italiana e um em uma instituição estrangeira*». Como

o título reflete de maneira perfeitamente clara, a proposta de 1969 continha o que hoje são características essenciais do Programa Erasmus.

O memorando de Corradi se dirigiu formalmente ao professor Alessandro Faedo, Reitor da Universidade de Pisa e Presidente da Conferência de Reitores Italiana, ao professor Tito Carnacini, Reitor da Universidade de Bolonha e Vice-presidente da Conferência de Reitores Italiana, e ao professor Mario Rolla, Reitor da Universidade de Pavia e Secretário-Geral da Conferência de Reitores Italiana; no entanto, foram feitas e distribuídas centenas de cópias mimeografadas entre todos os reitores e entre qualquer outra autoridade que pudesse apoiar a proposta.

Depois de revisar as leis e regulações que efetivamente proibiam os alunos italianos de terem seus estudos reconhecidos no exterior (as únicas exceções foram casos de necessidade), o memorando continha o texto que Faedo e Corradi haviam apresentado previamente ao Ministro da Educação, Ferrari Aggradi, que seguia: *«O texto proposto (...) como se pode ver (...) garante ao estudante (que recebeu uma garantia prévia de que suas avaliações serão reconhecidas se ele for aprovado e, portanto, se compromete a estudar no exterior, investindo seu tempo e dinheiro) a qualidade de seus estudos, já que esses não serão validados até que o aluno tenha dado provas documentadas de que o programa, uma vez proposto e aprovado, tenha sido completado e de que ele ou ela aprovou as avaliações estabelecidas pela universidade estrangeira».*



Se retomamos de novo o tema a favor do reconhecimento de períodos de estudos no exterior, o memorando de Corradi continua: *«Além disso, na verdade os pais que podem pagar pelos gastos enviam seus filhos para estudar no exterior. O objetivo é dar a mesma possibilidade aos jovens cujas famílias não possam se dar esse luxo (e na verdade esses formam uma grande maioria). Apesar do fato de permitir que esta possibilidade não envolva qualquer gasto por parte do Estado, é evidente que do ponto de vista dos estudantes e suas famílias, uma estadia no exterior não é um gasto adicional muito relevante e que proporciona que estes estudos sejam reconhecidos na aquisição do diploma de graduação: de fato, não há uma grande diferença entre o custo de um filho estudando durante quatro anos na Itália e o custo de estudos de três anos na Itália e um no exterior. No entanto, devido à regulação atual, um ano estudando no exterior é um luxo reservado para aqueles estudantes cujas famílias podem financiar os estudos um ano a mais da duração habitual... O risco de que um estudante viaje ao exterior para se divertir ao invés de estudar não existe, porque se ele reprova por não estudar o bastante para aprovar as avaliações, ele não receberá nenhuma convalidação. (...)*

*O fato é que as normas já existentes em relação a este problema infelizmente seguem vigentes, e estão baseadas em uma atitude nacionalista através da qual os estudantes italianos não deveriam estudar no exterior, exceto por razões familiares concretas, e os intercâmbios culturais não eram bem-vistos. Hoje em dia, a atitude é totalmente contrária: inumeráveis recomen-*



*dações das Nações Unidas, da Unesco, do Conselho da Europa e outras considerações preliminares de tratados internacionais expressam o desejo de incrementar os intercâmbios culturais, considerando-se um dos melhores meios pelos quais se promove o entendimento e a amizade entre os povos e, conseqüentemente, a paz. Neste sentido, o Artigo 11 da constituição italiana também afirma: “A Itália repudia a guerra como meio de ofensa contra a liberdade de outras populações e como instrumento de resolução de conflitos internacionais; concede, em condições de paridade com outros estados, aquelas limitações de soberania consideradas necessárias para assegurar a paz e a justiça entre as nações; promove e favorece as organizações internacionais dirigidas a este objetivo”».*

Os interesses científicos e educacionais de Corradi foram extremamente entusiastas e ela se preocupou verdadeiramente pelo problema. Nos anos prévios ao memorando, ela já havia realizado uma minuciosa coleta em profundidade de informação, que incluía documentos com todas as normas vigentes, assim como a pesquisa das práticas administrativas dos estudantes das universidades italianas. De fato, ela havia aprendido em ocasiões anteriores (como nas sessões da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas) que, em uma reunião, os participantes sem um poder real poderiam ter certa influência nas decisões finais se eles estivessem documentados conscienciosamente e mais bem informados que outros.

Continuaremos citando o memorando de Corradi de 1969. «*Dado que muitos escritórios de atendimento ao estudante da*

*universidade lhe haviam informado de que tinham chegado objeções por parte do Ministério da Educação contra o reconhecimento de estudos no exterior realizados por cidadãos italianos, enquanto os escritórios do ministério afirmavam que estas objeções vinham do ministro italiano de assuntos exteriores, no dia 2 de outubro de 1969 Corradi procurou informações específicas do responsável deste escritório buscando coincidências. Descobriu que, na opinião daquele escritório, os estudos no exterior eram um mal inevitável e que, portanto, deveriam estar limitados unicamente àqueles jovens cujas famílias residissem no exterior, pois, de outra maneira, eles não teriam nenhuma outra possibilidade de estudar». O memorando de 10 de outubro de 1969 também continha a citação literal dos critérios gerais resumido pelo chefe-executivo a quem consultou: «Em conclusão, se os estudantes vivem no exterior porque sua família reside ali, reconhecemos seus estudos, mas se o estudante vai ao exterior para estudar, então, neste caso, não os reconheceremos».*

## 5. OS TESTEMUNHOS DOS PRESIDENTES ALESSANDRO FAEDO E VINCENZO BUONOCORE

Consideremos que é de grande utilidade citar de maneira extensa o memorando de Corradi de 10 de outubro de 1969 para oferecer ao leitor uma ideia da odisséia que representou superar os diversos tipos de resistência e os numerosos obstáculos antes de se chegar em 1987 ao Programa Erasmus.

O caminho foi longo e difícil e não há nenhuma pessoa a quem se possa atribuir o mérito completo de seu enorme sucesso. O que podemos afirmar com total certeza é que a professora Sofia Corradi foi a primeira acadêmica em promover que *reconhecessem* na universidade de origem, onde o aluno está matriculado, as estadias no exterior *como parte do plano de estudos necessário para obter o título universitário*. Para exemplificar este fato, documentamos neste livro o trabalho de Corradi e as iniciativas tomadas nos encontros ítalo-germânicos e ítalo-franceses que começaram em 1969, especialmente nos primeiros anos.

Também quisemos incluir algumas cartas de duas testemunhas privilegiadas. Alessandro Faedo foi um prestigioso matemático, Catedrático e Reitor da Universidade de Pisa, Presidente da Conferência de Reitores das Universidades Italianas (CRUI), Presidente do Conselho Nacional Investigador, Senador da República da Itália e Presidente de sua Comissão de Educação. Vincenzo Buonocore foi um célebre jurista, professor titular e Reitor da Universidade de Salerno, fundador do seu novo mega campus em 1980, Presidente da Conferência de Reitores das Universidades Italianas, membro do Conselho da Associação de Universidades Europeias (CRE), membro da Câmara de Deputados da Itália e galardoado com o prêmio *Feltrinelli* da *Accademia dei Lincei*.

A continuação, anexamos uma carta com data de 11 de fevereiro de 1988 (e previamente publicada com o consentimento

de Alessandro Faedo) escrita para Sofia Corradi depois de ler seu artigo de 30 de fevereiro de 1988 no jornal italiano *La Repubblica* (cujo texto completo está no capítulo 21):

*«Estimada Sra. Corradi: li seu artigo em La Repubblica e gostaria de compartilhar a satisfação que você deve sentir ao ver seu sonho educativo feito realidade, conforme você me explicou em diversas ocasiões na Conferência de Reitores. Pelo que li, o programa Erasmus deu vida, precisamente, ao que você desejava e para o que trabalhamos tanto tempo. Lembro com carinho daquelas vezes em que você me incitava a encontrar os reitores de outros países (enquanto na Itália os movimentos estudantis causavam estragos em alguns momentos e se enfrentava conosco por problemas mais sérios); também lembro das lutas para garantir que, em muitas das reformas universitárias, o assunto das relações internacionais entre universidades fosse delegado na autonomia de cada instituição (...). Parabéns por suas conquistas, que seguramente serão um grande benefício para nossos estudantes e que, por fim, permitirá a eles serem europeus. Obrigado e saudações cordiais. Com todo meu afeto, Alessandro Faedo».* O manuscrito da carta está reproduzido no final deste capítulo.

Com a mesma energia e apoio que o anterior, a seguinte carta foi escrita por Vincenzo Buonocore:

«Salerno, 30 de junho de 2000. Querida professora Corradi, como ex-presidente da Conferência Permanente dos Reitores das Universidades Italianas, me sinto muito orgulhoso de ser testemunha do que hoje se chama Programa Erasmus. É sua criação, pela qual você trabalhou ativamente durante tantos anos. Qualquer pessoa pode afirmar hoje que a ideia era adiantada para sua época, e agora podemos recordar com orgulho todas as batalhas (quantas vezes a Conferência de Reitores esteve contra!) nas quais encontramos desconcertos e negativas. Sem dúvida alguma, graças ao seu entusiasmo e determinação, a ideia principal do programa, ou seja, o conhecimento de nossos estudantes da dimensão internacional, chegou a ser patrimônio cultural entre nossa comunidade de jovens, com o conseqüente aumento de intercâmbio de estudantes entre distintos países que contribuíram para enfatizar o importante valor da paz entre os povos. Me sinto verdadeiramente orgulhoso de poder reconhecer tudo isso e não considero que seja retórico dizer, ainda hoje, que se os estudantes das universidades europeias podem dispor das oportunidades de crescimento tanto pessoal quanto cultural graças ao Programa Erasmus, eles devem isso à sua intuitiva e determinante vitória. Em memória de todos os esforços realizados a favor da Universidade, lhe envio, junto com minhas saudações mais cordiais, meus melhores desejos. Vincenzo Buonocore».



Manoscritto da carta assinada em 11 de fevereiro de 1988 do presidente Alessandro Faedo para a professora Sofia Corradi.

Pisa 11 - febbraio 1988

SENATO DELLA REPUBBLICA

COMMISSIONE ISTRUZIONE PUBBLICA

E BELLE ARTI, RICERCA SCIENTIFICA,

SPETTACOLO E SPORT

IL PRESIDENTE

Cara Signora Corradi,

ho letto il suo articolo su "Repubblica" e desidero unirmi alla soddisfazione che lei deve provare nel vedere il suo sogno educativo diventato realtà, come lei lo aveva più volte illustrato a me e alla Conferenza dei Rettori.

Da quel che legge il Programma Erasmus ha dato vita proprio a ciò che lei auspicava e per cui abbiamo lavorato insieme in anni ormai lontani.

Ricordo con piacere in tempi in cui lei insisteva perché trovassi il tempo per incontrarci con Rettori di altri paesi (mentre in Italia divampava la contestazione che ci poneva molti altri problemi contingenti); ricordo anche le battaglie perché nei tanti progetti di riforma universitaria venisse demandata all'autonomia delle Università il tema delle relazioni con le Università in stranieri.

Mi auguro che nel prossimo passaggio dell'Università al Ministero nuovo insieme alla Ricerca Scientifica l'autonomia e la possibilità di muoversi in più agilità nei riguardi delle Università straniere siano assicurata e aumentata.

Ricordo tanto il suo lavoro di allora, evidentemente ispirato a una viva fiducia in tempi migliori che auguriamoci di presto raggiungere, mentre noi più vecchi avevamo minor fede.

Tante compatte lezioni per la sua attività, che sarà certamente proficua per il bene di nostri studenti e per diventare finalmente europei.

Spesi e salut cordalissimi  
Suo M  
Alessandro Fazio

## 6. AS REUNIÕES BILATERAIS ÍTALO-GERMÂNICAS E ÍTALO-FRANCESAS DE 1969

Nos dias 1 e 2 de novembro de 1969 aconteceu um encontro entre as delegações alemã e italiana em Ettlingen (Karlsruhe) com o objetivo de «*estudar a equivalência dos cursos diversas disciplinas entre as universidades italianas e alemãs*», conforme se declarou na carta do Ministério Italiano de Educação Pública (com data de 29 de outubro de 1969, protocolo 4786) com a qual, ante a petição do presidente Faedo, que ansiava oficializar o acordo em certa medida, o Inspetor Geral Silvano Valle foi nomeado membro da delegação italiana.

A delegação alemã estava formada pelos professores Hans Rumpf, Pró-reitor da Universidade de Karlsruhe e Presidente da Conferência de Reitores da Alemanha Ocidental (Westdeutsche Rektorenkonferenz, WRK), Walter Rüegg, Reitor da Universidade de Frankfurt e Vice-presidente da Conferência Alemã, Gerhard Kielwein, Presidente do Serviço Alemão para o Intercâmbio Interuniversitário, e Jürgen Fischer, Secretário-Geral da Conferência Alemã. A delegação italiana era composta pelos professores Alessandro Faedo, Reitor da Universidade de Pisa e Presidente da Conferência Italiana de Reitores, Tito Carnacini, Reitor da Universidade de Bolonha e Vice-presidente da Conferência Italiana de Reitores, e Mario Rolla, Reitor da Universidade de Pávia e Secretário-Geral da Conferência Italiana de Reitores. Na delegação italiana também estavam o Inspetor Geral Silvano Valle, representando o Ministério Italiano de Educação, e a Dra. Sofia Corradi Madia.



Durante os dois dias de duração do encontro ítalo-germânico em Ettlingen em 1969, houve um trabalho intenso e, finalmente, os delegados estiveram de acordo em *«estabelecer com a maior brevidade comissões de especialistas italianos e alemães para concretizar possíveis equivalências nos planos de estudo universitários»* nos seguintes âmbitos:

- «1. Graduações em Literatura, Filosofia e Línguas Modernas e suas Literaturas.*
- 2. Graduações em Engenharia Mecânica e Eletrotécnica, para que sejam tomadas como exemplo para outras graduações pertencentes às faculdades técnicas.*
- 3. Graduações em Matemática e Física, para que sejam tomadas também como modelo para outras graduações pertencentes às faculdades de ciências.*
- 4. Graduações em Química».*

Conforme se manifestou, *«o desenvolvimento de um esquema de equivalências entre as matérias anteriormente mencionadas tem como objetivo fazer possível que os estudantes de ambos os países possam cursar um período da graduação no exterior, que seja reconhecido na universidade de origem e, além disso, não provoque nenhum tipo de atraso na finalização desta»*. Hans Rumpf e Alessandro Faedo assinaram o documento bilíngue (em italiano e alemão).

Para dar uma ideia das dificuldades práticas das reuniões de 1969, o leitor deve estar ciente de que a grande maioria dos comunicados foram enviados por correio ordinários (o

que representava uma demora na resposta de duas semanas). Naquele momento, as ligações telefônicas eram muito caras e as ligações internacionais não se conectavam diretamente, e sim deveriam ser feitas através de um operador que contactaria novamente aquele que havia feito a ligação uma hora depois ou mais. Naquele momento, a forma mais comum de viajar pelo continente europeu era de trem, e o mais rápido podia demorar mais de 15 horas em ir de Roma a Bonn ou Hamburgo. Não é preciso mencionar o fato de que, no geral, os recursos econômicos da Conferência de Reitores Italiano eram bastante escassos. Com o objetivo de promover uma «cultura de mobilidade estudantil», se mimeografaram textos e documentos em grandes quantidades e foram entregues nas reuniões internacionais ou enviados pelo correio às organizações, instituições ou às pessoas que se acreditava que poderiam estar interessadas no projeto.

Devido à Assembleia Geral da Associação de Reitores Europeus de Genebra de 1969 (CRE), foi feito contato com a Conferência de Reitores de Universidades Francesas e, por outro lado, aconteceram as reuniões ítalo-francesas, similares às reuniões ítalo-germânicas. Naquele momento, a Comunidade Europeia estava composta por apenas seis países: França, Itália, Alemanha Ocidental, Bélgica, Países Baixos e Luxemburgo.

Nos dias 6 e 7 de dezembro de 1969, uma delegação italiana e outra francesa se reuniram em Pisa (Itália). O principal objetivo deste encontro foi, tal e como se expressava no final

do documento, «*preparar um curso de estudo equivalente em distintas disciplinas entre as universidades francesas e italianas*». Depois de um longo debate, se decidiu «*estudar durante uma fase inicial as possíveis equivalências entre os estudos universitários das seguintes disciplinas*»:

1. *Graduação em Literatura:*
  - a) clássicas
  - b) modernas
  - c) línguas modernas e suas literaturas;
2. *Graduação em Química:*
  - a) orgânico-biológica
  - b) inorgânico-químico-físico;
3. *Graduação em Matemática:*
  - a) geral
  - b) didática
  - c) aplicada;
4. *Graduação em Física:*
  - a) geral
  - b) didática
  - c) aplicada;
5. *Graduação em Ciências Biológicas;*
6. *Graduação em Ciências Naturais*».

O documento bilíngue (em italiano e francês) conclui com a seguinte declaração: «*o desenvolvimento de um esquema de equivalências entre as disciplinas acima mencionadas está*

*dirigido a fazer possível para que os estudantes de ambos os países possam realizar um período de estudos universitários no exterior, completamente reconhecido na universidade de origem e, além disso, sem causar nenhum tipo de atraso na finalização da graduação».*

Com a intenção de preparar a opinião pública e criar a máxima esperança para a «cultura da mobilidade estudantil», ao final de cada reunião Corradi elaborou um comunicado de imprensa. Às vezes os meios concediam espaço suficiente para o artigo, como no caso da reunião de Pisa. O comunicado foi publicado, quase em sua íntegra, em importantes jornais no dia 9 de dezembro de 1969. O título do artigo em *Il Messaggero* dizia: «*O trabalho da conferência de Pisa chegou ao seu fim. Intercâmbio de estudantes universitários entre Itália e França. Os jovens procedentes dos dois países poderão realizar um período de estudo no exterior com o completo reconhecimento de sua universidade de origem*». Em *La Nazione*, por outro lado, se publicou: «*Concluído o trabalho da reunião de Pisa. Intercâmbio de estudantes universitários entre Itália e França. Os jovens procedentes de ambos os países poderão realizar um período de estudos no exterior com o completo reconhecimento de sua universidade de origem*». *Il Tempo* intitulou: «*Estudantes italianos em universidades francesas. Reunião em Pisa com os reitores franceses. Reconhecimento dos estudos realizados no exterior*». O texto que vem à continuação é a tradução de outro artigo relacionado à reunião:

Extraído do *Corriere della Sera*, 9 de dezembro de 1969

«CONFERÊNCIA DOS REITORES ITALIANOS  
E FRANCESES

Acordos em relação ao reconhecimento dos estudos cursados  
no exterior.

*Pisa, 8 de dezembro*

*Hoje em Pisa chegou ao seu fim o trabalho na reunião de reitores franceses e italiano. O objetivo deste encontro foi promover o intercâmbio de estudantes universitários. No mês passado já aconteceu este tipo de reuniões entre os reitores italianos e alemães em Karlsruhe.*

*Com a reunião que aconteceu hoje, os reitores tinham a intenção de que fosse possível, para os estudantes destes dois países, a realização de uma estância de estudo no exterior com o reconhecimento completo de sua universidade de origem e sem causar nenhum tipo de atraso na finalização de sua graduação (...).*

*Como todos sabemos, há alguns dias foi aprovada pelo Parlamento Italiano a Lei Orgânica das Universidades – segundo um comunicado de imprensa – que permite ao estudante a liberdade de escolher seu programa universitário. A Conferência de Reitores das Universidades Italianas está a favor do aumento de liberdade que foi outorgado aos estudantes, o que significa que lhes é permitido realizar parte de seus estudos em universidades estrangeiras seguindo as normas prévias do conselho de professores, inclusive se eles não têm família no exterior; (...). Por outro lado, como manifestaram os reitores, é preciso ter em consideração tanto a parte educacional quanto também a científica e a*

*função social do intercâmbio intercultural, ambas do ponto de vista dos estudantes que participam neste programa, que se supõe que promove as relações internacionais e o entendimento com o ideal pacifista do Artigo 11 da Constituição da República Italiana.*

*Portanto, o objetivo principal deste encontro de dois dias de duração entre reitores italianos e franceses foi determinar as possíveis equivalências que houvessem entre algumas matérias das graduações lecionadas em universidades de seus respectivos países. Chegou-se a um acordo sobre o método de trabalho e os resultados serão apresentados ao Ministro de Educação o antes possível.*

*A delegação francesa incluiu o presidente Jean Roche, Delegado Geral do Governo Francês para as relações internacionais universitárias, e o professor Jean Louis Moret-Bailly, Secretário-Geral da Conferência Francesa de Presidentes Universitários; da Itália, a delegação incluía professores como Alessandro Faedo, Reitor da Universidade de Pisa e Presidente da Conferência Permanente de Reitores de Universidades Italiana, Mario Rolla, Reitor da Universidade de Pávia e Secretário Geral da Conferência de Reitores, Tito Carnacini, Reitor da Universidade de Bolonha e Vice-presidente da Conferência Italiana, Gian Gualberto Archi, antigo Reitor da Universidade de Florência e o Dr. Ugo Rossi, Diretor Geral de Intercâmbios Culturais, representante do Ministério Italiano de Educação».*

O texto anterior foi publicado no *Corriere della Sera* em 9 de dezembro de 1969. Reproduzimos as cópias originais dos artigos publicados na mesma data por outros jornais italianos no final deste capítulo.

Anteriormente já se havia falado dos obstáculos que poderiam ser encontrados depois da aprovação da normativa da mobilidade de estudantes. Por outra parte, foi necessário fazer uso da diplomacia com o fim de vencer a resistência dos conselhos de cada faculdade, os quais tiveram que ser consultados para poder aprovar o plano de estudos internacional específico de cada estudante, em um estudo caso por caso. A política adotada naquele momento previu que, quando fossem criadas comissões encarregadas de estabelecer os critérios para o reconhecimento, deveriam ser nomeados os acadêmicos do mais alto e indiscutível prestígio acadêmico e científico de ambos os países, com o fim de que suas contribuições não fossem uma imposição, senão extremamente autoritárias, no melhor sentido da palavra.

Gian Gualberto Archi, antigo Reitor da Universidade de Florença, foi nomeado coordenador da Comissão Italiana. Os especialistas incluíram os professores Agostino Antonio Capocaccia da Universidade de Gênova, Gianfranco Cimmino da Universidade de Bolonha, Gianfranco Contini da Universidade de Florença, Paolo Grünanger da Universidade de Pavia, Alberto Monroy, da Universidade de Palermo e Luigi Radicati di Brozolo da *Scuola Normale Superiore* de Pisa. Todos os especialistas alemães tinham o mesmo prestígio.

Naquele momento, havia tensão internacional entre a União Soviética e os Estados Unidos: o trabalho da comissão aconteceu em uma atmosfera cheia de entusiasmo e confiança mútua, dirigida pelo nobre ideal de contribuir para a paz e o entendimento das nações. Com o fim de descrever a atmosfera em que se convivia, mencionaremos um episódio que aconteceu em



poucos minutos em uma reunião no Escritório da Conferência de Reitores em Roma, que estava localizado no Palazzo Torlonia. Devido à escassez de fundos disponíveis para a Conferência de Reitores Italianos, foi organizado um encontro por dia. Para que os especialistas elaborassem um plano de equivalências em pouco tempo, Corradi havia preparado um rascunho que distribuiu entre todos os ali presentes. O professor Contini, ao ver o texto preparado sobre a mesa, com o qual não estava de acordo (expressando de maneira eufemística), disse que *«esse rascunho tem que ser examinado com cautela, o que se pede ao grupo de especialistas é uma tarefa longa e complexa, etc.»*. Corradi, muito preocupada, se sentou ao seu lado e disse de maneira franca que aquele rascunho não tinha nenhum valor, que havia sido ela quem o havia preparado e que o que se pedia aos especialistas era incluir a autoridade de seus prestigiosos nomes *«porque qualquer falta de integridade ou sobreposição do expediente seria compensada pela ampliação do horizonte cultural do estudante e pela contribuição que isso pode aportar à paz internacional»*. Neste ponto, o professor Contini, que havia estado escutando com atenção, se deu conta imediatamente de que o assunto principal da reunião era a promoção do entendimento intercultural. No mesmo instante apoiou a causa e se dirigiu aos seus colegas sem sequer pedir a palavra, como se fosse uma continuação de seu discurso anterior, e disse que *«sobre dados reais, ao menos em linhas gerais, o esquema proposto pode ser adotado com total segurança»* e, além disso, sugeriu que deveria *«ser aprovado o quanto antes, e se no futuro a experiência demonstrar a necessidade de melhorá-lo, isso poderia ser feito mais tarde»*.



Extraído do *Il Messaggero*, 9 de dezembro de 1969

*O trabalho da conferência de Pisa chegou ao seu fim. Intercâmbio de estudantes universitários entre Itália e França. Os jovens procedentes de ambos os países poderão realizar um período de estudo no exterior com o completo reconhecimento de sua universidade de origem.*

nas-  
ope-  
dati  
sder  
ne-  
go-  
de-  
tico.  
itali  
par-  
i sa-  
asio-  
ami-  
dur-  
ec-  
det-  
rica-  
o si-  
sarà  
unto  
issa-  
tate  
em-  
i so-  
ialle  
nar-  
un  
an-  
uer-  
lità,  
una  
viri  
a. I  
orso  
i ri-  
da  
iano  
a a  
de-  
za  
go-  
osto  
suf-  
tan-  
ella  
nel-  
do-  
do-  
sua  
tra

CONCLUSI I LAVORI DELLA CONFERENZA DI PISA

## Scambio fra Italia e Francia di studenti universitari

I giovani dei due Paesi potranno compiere un periodo di studi all'estero con il pieno riconoscimento da parte delle Università di origine

Pisa, 8 dicembre. Si sono conclusi a Pisa i lavori della conferenza dei rettori francesi e italiani per promuovere scambi internazionali di studenti universitari. Analoghi incontri si sono svolti un mese fa a Karlsruhe fra i rettori italiani e quelli tedeschi. La conferenza dei rettori si propone di rendere possibile agli studenti dei due Paesi di compiere un periodo di studi universitari all'estero, con pieno riconoscimento da parte dell'università di origine, e quindi senza ritardo nel conseguimento della laurea. Accordi simili sono già operati tra università francesi e tedesche. Per ora gli studi universitari compiuti da studenti italiani in università straniere (salvo il caso del tutto eccezionale di studenti che risiedono all'estero con la propria famiglia) non vengono di solito riconosciuti agli effetti del conseguimento della laurea.

Come è noto, la legge sui provvedimenti urgenti per l'università, approvata giorni fa dal Parlamento — è detto in un comunicato — consente allo studente un'ampia libertà nella formazione del proprio piano di studio. La conferen-

za dei rettori delle università italiane è favorevole a un ulteriore allargamento della libertà concessa agli studenti permettendo ad essi (anche se non appartenenti a famiglie residenti all'estero) di svolgere parte del loro piano di studio in università straniere, chiedendo il previo assenso al consiglio di facoltà per averne assicurata l'equivalenza. Ciò — secondo i rettori — porterebbe ad inserire meglio gli studenti italiani in un contesto europeo, contribuendo ad abbattere le barriere linguistiche che l'inadeguato insegnamento delle lingue straniere nella scuola italiana pone come gravissimo « handicap » alla quasi totalità degli studenti. A ciò si aggiunge — affermano ancora i rettori — la considerazione dell'insostituibile funzione formativa, scientifica e sociale degli scambi culturali, sia dal punto di vista del singolo studente che vi partecipa, sia come mezzo per la promozione dell'amicizia e della comprensione internazionale, in attuazione dell'orientamento pacifista dell'art. 11 della costituzione italiana.

Pertanto, scopo principale del

l'incontro (durato due giorni) dei rettori italiani e francesi è stato quello di studiare le equivalenze dei corsi in alcune discipline tra le università italiane e francesi. E' stato raggiunto un accordo sul metodo di lavoro, che sarà quanto prima presentato al Ministro della Pubblica Istruzione.

Hanno partecipato all'incontro, da parte francese, il rettore Jean Roche, delegato generale del governo francese alle relazioni universitarie internazionali, e il professor Jean Louis Moret-Bailly, segretario generale della conferenza dei rettori francesi; da parte italiana, i professori Alessandro Fadda, rettore dell'Università di Pisa e presidente della conferenza permanente dei rettori delle università italiane, Mario Rolla, rettore dell'Università di Pavia e segretario generale della conferenza dei rettori, Tito Carnacini, rettore dell'Università di Bologna e vice-presidente della conferenza italiana, Gian Gualberto Arcini, già rettore dell'Università di Firenze e il dott. Ugo Rossi, direttore generale per gli scambi culturali, in rappresentanza del Ministero della Pubblica Istruzione.

IL MESSAGGERO  
9/12/69



sti  
en  
to-  
ciò  
or-  
en-  
i e  
to-  
si-  
mo  
la  
ua-  
mi-  
è  
ste-  
otti  
llo  
Ce-  
del-  
itto  
rità  
ri-  
Lo  
di-  
il  
i si  
la  
sua  
bbe  
asi-  
per  
A  
de-  
di  
no,  
ab-  
ha  
—  
io-  
2c-  
ra-  
e  
si  
pr-  
ca-  
da  
a-  
e  
im-  
ure  
la)  
la)  
C,  
a  
ma  
zio-  
tot-  
na  
at-  
) i  
na  
A  
no  
rie  
r-  
a-  
a-  
m  
ie,  
H-  
tre  
sa  
re  
r-  
l-

**IL TEMPO** 9/12/69

# Studenti italiani negli atenei stranieri

**Conferenza a Pisa con i Rettori francesi - Riconoscimento degli studi compiuti all'estero**

Pisa, 8 dicembre  
Si sono conclusi oggi a Pisa i lavori della conferenza dei rettori francesi e italiani per promuovere scambi internazionali di studenti universitari. Analoghi incontri si sono svolti un mese fa a Karlsruhe fra i rettori italiani e quelli tedeschi.

I rettori si propongono di rendere possibile agli studenti dei rispettivi Paesi di completare un periodo di studi universitari all'estero, con pieno riconoscimento da parte dell'università di origine, e quindi senza ritardo nel conseguimento della laurea. Accordi simili sono già operanti tra università francesi e tedesche. Per ora gli studi universitari compiuti da studenti italiani in Università straniere (salvo il caso del tutto eccezionale di studenti che risiedono all'estero con la propria famiglia) non vengono di solito riconosciuti.

Come è noto, la legge sui provvedimenti urgenti per la università, approvata giorni fa dal Parlamento — è detto in un comunicato —, consente allo studente un'ampia libertà nella formazione del proprio piano di studio. La conferenza dei rettori delle università italiane è favorevole a un ulteriore allargamento della libertà concessa agli studenti permettendo ad essi (anche se non appartenenti a famiglie residenti all'estero) di svolgere parte del loro piano di studio in università straniere, chiedendo il previo assenso al Consiglio di facoltà per averne assicurata l'equivalenza. Ciò — secondo i rettori — porterebbe ad inserire meglio di studenti italiani in un contesto europeo, contribuendo ad abbattere le barriere linguistiche che l'inadeguato insegnamento delle lin-

gue straniere nella scuola italiana pone come gravissimo « handicap » alla quasi totalità degli studenti.

Pertanto, scopo principale dell'incontro (durato due giorni) dei rettori italiani e francesi è stato quello di studiare le equivalenze dei corsi in alcune discipline tra le università italiane e francesi. E' stato raggiunto un accordo sul metodo di lavoro, che sarà quanto prima presentato al Ministro della P.I.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
**OGGI E F**

**Le prev**

Un mago ingl  
che il mondo n  
guerre che la  
per bonificare  
che le nasci'  
millesimo; c  
volta e pe  
Regina Eli  
Paese altri  
derno, sec  
Allora, tu  
nell'adora  
la via, di  
Persor  
meno l'u  
suo sign  
piano —  
fa risulti  
due cose  
Italia, i  
rimette  
del cri-  
erano  
Ign  
Nessu  
è fast  
tinter  
quest  
questi  
stio:  
prec

Extraído do *Il Tempo*,  
9 de dezembro de 1969

*Estudantes italianos em universidades francesas. Reunião em Pisa com os reitores francesas. Reconhecimento dos estudos completados no exterior.*

Extraído do *La Nazione*, 9 de dezembro de 1969

*Concluído o trabalho da reunião de Pisa. Intercâmbios de estudantes entre Itália e França. Os jovens procedentes de ambos os países poderão realizar um período de estudos no exterior com o completo reconhecimento de sua universidade de origem.*



Extraído do *Il Corriere della Sera*, 9 de dezembro de 1969*Conferência dos Reitores italianos e franceses. Acordos em relação ao reconhecimento dos estudos feitos no exterior.*

## LA CONFERENZA DEI RETTORI ITALIANI E FRANCESI

## Accordi per il riconoscimento degli studi fatti all'estero

Pisa 8 dicembre, notte.

Si sono conclusi oggi a Pisa i lavori della conferenza dei rettori francesi e italiani per promuovere scambi internazionali di studenti universitari. Analoghi incontri si sono svolti un mese fa a Karlsruhe fra i rettori italiani e quelli tedeschi.

Con la conferenza di oggi i rettori si propongono di rendere possibile agli studenti dei due paesi di compiere un periodo di studi universitari all'estero, con pieno riconoscimento da parte dell'università di origine, e quindi senza ritardo nel conseguimento della laurea. Accordi simili sono già operanti tra università francesi e tedesche. Per ora gli studi universitari compiuti da studenti italiani in università straniere (salvo il caso del tutto eccezionale di studenti che risiedono all'estero con la propria famiglia) non vengono di solito riconosciuti agli effetti del conseguimento della laurea.

Come è noto, la legge sui provvedimenti urgenti per l'università, approvata giorni fa dal Parlamento — è detto in un comunicato —, consente allo studente un'ampia libertà nella formazione del proprio piano di studio. La conferenza dei rettori delle università italiane è favorevole a un ulteriore allargamento della libertà concessa agli studenti permettendo ad essi (anche se non appartenenti a famiglie residenti all'estero) di svolgere parte del loro piano di studio in università straniere, chiedendo il proprio assenso al consiglio di facoltà per averne assicurata la 15 equivalenza. Ciò — secondo i rettori — porterebbe ad insegnare meglio gli studenti italiani in un contesto europeo, contribuendo ad abbattere le barriere linguistiche che l'inade-

guato insegnamento delle lingue straniere nella scuola italiana pone come gravissimo handicap alla quasi totalità degli studenti. A ciò si aggiunge — affermano ancora i rettori — la considerazione dell'insostituibile funzione formativa, scientifica e sociale degli scambi culturali, sia dal punto di vista del singolo studente che vi partecipa, sia come mezzo per la promozione dell'amicizia e della comprensione internazionale, in attuazione dell'orientamento pacifista dell'articolo 11 della Costituzione italiana.

Pertanto, scopo principale dell'incontro (durato due giorni) dei rettori italiani e francesi è stato quello di studiare le equivalenze dei corsi in alcune discipline tra le università italiane e francesi. E' stato raggiunto un accordo sul metodo di lavoro, che sarà quanto prima presentato al ministro della pubblica istruzione.

Hanno partecipato all'incontro, da parte francese, il rettore Jean Roche, delegato generale del governo francese alle relazioni universitarie internazionali, e il professore Jean Louis Morel-Bally, segretario generale della conferenza dei rettori francesi; da parte italiana, i professori Alessandro Faedo, rettore dell'università di Pisa e presidente della conferenza permanente dei rettori delle università italiane; Mario Rolin, rettore dell'università di Pavia e segretario generale della conferenza dei rettori; Tito Carnacini, rettore dell'università di Bologna e vice-presidente della conferenza italiana; Gian Guaberto Archi, già rettore dell'università di Firenze e il dottor Ugo Rossi, direttore generale per gli scambi culturali, in rappresentanza del ministero della pubblica istruzione.

CORRIERE SERA  
9/12/19

## 7. ANO 1970. A ADOÇÃO DA LEI 910/1969 E AS OPORTUNIDADES INTERNACIONAIS

Em dezembro de 1969, durante o despertar dos movimentos estudantis de 1968, o Parlamento Italiano aprovou a Lei 910. Essa introduzia um princípio que neste momento parecia ser revolucionário. Ao estudante foi dada total liberdade para organizar seu próprio plano de estudos universitário e para escolher as matérias ou os cursos que ele próprio quisesse. A Lei 910 estabelecia que o Conselho da Faculdade deveria ser o órgão acadêmico responsável pela aprovação do currículo escolar de cada estudante. Esta lei dava um respiro à rigidez dos planos de estudo e concedia um poder decisório a um grupo de acadêmicos, o que eliminou sérios obstáculos para «*a possibilidade de que os estudantes italianos completassem uma parte de seus estudos em uma universidade estrangeira*».

No final de 1969, parecia que o êxito estava cada vez mais perto e o trabalho das comissões continuou intensamente. Depois de um encontro inicial em Bolonha, em 19 de fevereiro de 1970 aconteceu em Florença um segundo encontro com um grupo de especialistas no Escritório da Sociedade de Dante, situado no Palazzo della Lana. Como participantes se encontravam os reitores Faedo e Carnacini, o professor Moret-Bailly da Conferência Francesa de Reitores e os doutores Schulte e Corradi Madia.

Em 10 de março de 1970, no Escritório da Conferência de Reitores em Roma, aconteceu o terceiro encontro ítalo-germânico.



Entre os participantes alemães estavam os professores Rüegg e Schulte e os doutores Voks e Burkner. A delegação italiana contava com os professores Faedo, Archi, Cimmino, Radicati di Brozolo, Contini, Grünanger, Capocaccia, Monroy e Corradi Madia. Como assistente estava também o professor Moret-Bailly.

O trabalho estava em um ponto determinante de desenvolvimento em ambas as conferências, alemã e francesa. Do mesmo modo, era de grande utilidade considerar que o encontro tinha certo grau de autoridade ao convidar o Ministro italiano de Educação, Mario Ferrari Aggradi, e o Diretor-Geral do Ministério de Educação, Salvatore Comes, e desse modo ter publicidade através da imprensa. No comunicado de imprensa que Corradi preparou, ela ressaltou mais uma vez os critérios previamente expostos:

*«Tal e como sabemos, o Artigo 2 da recente aprovada Lei 910 garante ao estudante a liberdade de organizar seu plano de estudos. Atualmente, a Conferência de Reitores está a favor de que o aumento da liberdade dos estudantes se incremente, permitindo-os realizar seus estudos em universidades estrangeiras, condicionado a uma aprovação por parte do Conselho da Faculdade com o fim de que este seja concedido. Tudo isso permitiria melhorar a posição dos estudantes italianos no entorno europeu (...) também em consideração com a educação, tanto a função científica quanto social do intercâmbio cultural, ambos vistos do ponto de vista do estudante que está fazendo o intercâmbio e com o objetivo de promover as relações internacionais e o entendimento mantendo o ideal pacifista do Artigo 11 da Constituição Italiana».*



Durante os dias 3 e 4 de julho de 1970 aconteceu uma reunião ítalo-francesa em Paris, após um convite do professor Jean Roche, Delegado Geral de Relações Internacionais da Universidade. A delegação francesa preparou um detalhado relatório desse encontro. Em uma carta com data de 9 de julho de 1970, o professor Roche redigiu um minucioso relatório ao então Ministro de Educação francês, Olivier Guichard, que no momento de sua visita a Riccardo Misasi, Ministro da Educação, em 8 de dezembro de 1970 em Roma, aceitou as propostas feitas por ambos os chefes das delegações.

## **8. ANO 1971. A REUNIÃO ÍTALO-GERMÂNICA EM BAD GOESBERG (BONN) E A CIRCULAR DO MINISTRO MISASI**

Os esforços realizados pela Conferência de Reitores Italianos, descritos anteriormente, influenciaram o governo italiano, que havia enviado um memorando à Comunidade Europeia, sobre «*a associação dos jovens com a construção da Europa*» onde, entre outras coisas, se esperava um aumento do número de estudantes de intercâmbio. Este memorando é mencionado em uma carta de Jean Rey, presidente da Comissão das Comunidades Europeias, dirigida a Pierre Harmel, presidente do Conselhos das Comunidades Europeias, de 12 de junho de 1970, na qual se tem em conta a proposta da Bélgica de manter uma sessão dos seis países membros.



Como sabemos, foram os movimentos estudantis o que provocaram que o governo se preocupasse com os problemas concernentes à universidade. No entanto, gostaríamos de lembrar aos futuros historiadores de educação de que fomos testemunhas dos diversos encontros entre altos cargos de universidades dos quais cada um fez o possível para que seus respectivos governos se encarregassem do problema. Tudo isso era feito falando pessoalmente com os ministros em funções e com a delegação do governo participando dos encontros internacionais.

Em 1970, aconteceu uma Conferência dos Ministros de Educação dos Estados Nacionais da Área Europeia da UNESCO. Entre os dias 18 e 21 de fevereiro de 1971, uma grande delegação da Conferência de Reitores Italianos, entre os quais estava Sofia Corradi, participou do encontro em Bad Godesberg nos escritórios da WRK. Ambas as delegações aceitaram o trabalho das comissões de equivalência italiana e alemã, assim como os critérios que eles mesmo propuseram, segundo um documento aprovado anteriormente.

Enquanto isso, o artigo que haviam proposto o Presidente Faedo e a Dr. Corradi ao ministro Ferrari Aggradi em 1969 havia percorrido grande parte de seu itinerário legislativo e se transformou no Artigo 53 do Projeto de Lei número 612, e que foi aprovado pelo Senado da República Italiana em 1971. Infelizmente, não chegou a se tornar uma lei, já que não foi aprovado pela Câmara dos Deputados.

Levando a situação em conta, em 22 de março de 1971 o presidente Faedo informou oficialmente o Ministro Italiano de

Educação Misasi sobre os resultados do trabalho que a Conferência de Reitores havia realizado. A continuação, o texto da carta (Conferência de Reitores, Documento número 114):

*«Ao honorável Ricardo Misasi, Ministro de Educação, Roma.*

*Sr. Ministro:*

*A Comissão de Equivalência, assim nomeada pelo Ministro de Educação em janeiro de 1970 e formada pelos professores Gian Gualberto Archi, Agostino A. Capocaccia, Gianfranco Cimmino, Gianfranco Contini, Paolo Grünanger, Alberto Monroy e Luigi Radicati di Brozolo, concluiu os encontros pertinentes com as autoridades competentes francesas e alemãs para terminar seu trabalho. Como Presidente da Conferência de Reitores Italiana, me alegra anunciar os resultados do trabalho pelo qual a comissão limitou sua atividade de maneira intencional e realista com o fim de determinar equivalências entre as titulações mais parecidas entre si. Em relação à França, o plano de estudos se agrupou em Estudos Literários e Estudos Científicos... enquanto as autoridades alemãs tiveram que realizar individualmente programa a programa (...).*

*Com a esperança de que os resultados do nosso trabalho contem com sua aprovação, gostaria de informar sobre a oportunidade que possuem as universidades e faculdades envolvidas por meio de uma Circular Ministerial sobre as equivalências da Comissão de Especialistas, reconhecendo ao mesmo tempo todo o respeito à competência outorgada pela lei neste campo ao Conselho da Faculdade.*

*A Comissão de Equivalência não pretende ocupar o posto dessa autoridade, mas, em termos esperanças, acredita que o intercâmbio de estudantes entre universidades de diferentes países pode se intensificar mais e mais (segundo o Artigo 53 do Projeto de Lei número 612, que se discute atualmente no Parlamento) e chegou a ser útil para sugerir uma série de critérios gerais destinados a facilitar e simplificar a tarefa do Conselho da Faculdade e a criar soluções uniformes.*

*Gostaria de esclarecer, ad abundantiam, que a Comissão de Equivalência não tratou com a equivalência dos títulos que são necessários para ter acesso às profissões, mas o que importa unicamente às universidades é a equivalência de períodos em estudos universitários cursados no exterior. Nosso objetivo (como prova experimental baseada no Artigo 53, letra e do Projeto de Lei número 612) consiste em tornar possível para os estudantes italianos realizar um período de estudos universitários fora de seu país, sendo reconhecido em sua totalidade por sua universidade de origem e que não cause nenhum tipo de atraso na obtenção de seu título universitário. Obviamente, de acordo com a Lei 910, o Conselho da Faculdade deve aprovar com anterioridade o histórico escolar individual.*

*Gostaria de acrescentar que, por decisão unânime da Comissão de Equivalência, todas as desvantagens que possam ser causadas devido ao estado incompleto ou à sobreposição do expediente acadêmico, tanto de universidades estrangeiras como a italiana, serão compensadas pelas vantagens de aprender uma língua estrangeira, a ampliação dos horizontes culturais do estudante e a própria experiência adquirida graças a viver em uma cultura diferente à sua própria.*



*Lhe asseguro, Sr. Ministro, que o espírito que guiou a Conferência de Reitores, e todos aqueles que participaram neste trabalho, foi o de aceitar o que está estabelecido no Artigo 11 da Constituição Italiana e que me alegra citar: a Itália repudia a guerra como instrumento de ofensa contra a liberdade de outras populações e como meio de resolução de conflitos: em condições de igualdade com outros estados, concede limitações da soberania que pretendem garantir a paz e a justiça entre as nações; promove e favorece as organizações internacionais que busquem esse objetivo.*

*Assinado: O Presidente  
Prof. Alessandro Faedo».*

Depois de pouco mais de um mês, o ministro Misasi emitiu a Circular com data de 8 de março de 1971 (Ministério de Educação, Direção Geral da Universidade, Volume X, Seção II, número 1905, posição 20, P.G/rda/sl) com o título «*Equivalência dos Períodos de Estudos Universitários realizados na França e na Alemanha*». Além desta Circular, a Conferência de Reitores mandou a sua própria a todos os reitores italianos explicando a carta do ministro e com intenção de ressaltar as oportunidades que estavam disponíveis. Os textos acima mostram uniformidade linguística, já que todos eles foram escritos ou planejados por Sofia Corradi Madia.

Nesse momento, entre os dias 11 e 13 de junho de 1971, aconteceu outro encontro das delegações alemãs e italianas



em Cagliari. No entanto, quando parecia que o sucesso estava perto, infelizmente se retrocedeu ao início porque o Projeto de Lei número 612 não foi aceito pela outra Casa do Parlamento Italiano (Câmara dos Deputados) e, como consequência, não chegou a ser promulgada como lei.

## 9. ANOS 1971-73. O RELATÓRIO DE JEANNE, POR UMA POLÍTICA EUROPEIA DE EDUCAÇÃO

O primeiro encontro de Ministros de Educação dos estados membros da Comunidade Europeia aconteceu em novembro de ano 1971 «dentro do Conselho de Ministros». Tal e como mencionamos anteriormente, é uma forma complicada de conseguir manter este tipo de encontro, apesar de o tema não ter sido tratado formalmente no Tratado de Roma em 1957. Em julho de 1972, a Comissão das Comunidades Europeias convidou Henry Jeanne, ex-ministro de Educação da Bélgica, para fazer as pesquisas em possíveis áreas para futuros programas no âmbito da educação por parte da Comunidade. O relatório de Jeanne foi apresentado em fevereiro de 1973 sob o título *Por uma Política Comunitária sobre a Educação*. Desde aquele momento, os problemas sobre a educação passariam a fazer parte dos debates na Comunidade Europeia.

As relações entre as Conferências de Reitores de diferentes países puderam continuar graças às reuniões semestrais da CRE. Por outra parte, em 1972, pela iniciativa das conferências



da Bélgica, Alemanha, França e Itália, já havia sido um criado um *Grupo de Especialistas* que em 1973 passaria a chamar Comitê de Enlace, atualmente conhecida como EUREC (Confederação de Conferências de Reitores da União Europeia). Como apontado anteriormente, a CRE e a EUREC se uniram em 2001 para formar a Associação Europeia de Universidades (EUA).

Apesar de que parecia não haver um progresso imediato, a professora Corradi não se deu por vencida. Deve-se ter em conta que na Itália o principal obstáculo para a mobilidade do estudante se atribuía a aspectos administrativos. Dessa forma, no final de 1972, na Assembleia Geral da Conferência de Reitores das Universidades Italianas, se estabeleceu que a Associação de Diretores Administrativos de Universidades Italianas deveria realizar uma reunião com os responsáveis administrativos de cada universidade.

A reunião aconteceu em Roma nos dias 9 e 10 de fevereiro de 1973. O segundo ponto da ordem do dia incluía a *«Modificação e atualização das normas internas da universidade em relação às graduações dos estudantes»*. Como a aprovação sobre a norma geral da universidade seguia atrasando, Corradi esperava que isso fosse uma maneira mais simples de conseguir os objetivos, já que para modificar as normas internas da universidade não era necessária uma Lei de Estado, pois era suficiente um decreto por parte do Ministério. Portanto, nesta reunião, se elaborou e aprovou em 15 de fevereiro de 1973 uma série de normas internas inovadoras. Dentro desses documentos, no artigo 12, houve uma tentativa de introduzir dissimuladamente um reconhecimento sobre os estudos realizados no exterior



como uma «*redução do programa de graduação baseando-se nos estudos feitos através das universidades estrangeiras*» e, em conformidade com o exposto na Lei 910, ficou detalhado que «*a pedido do estudante, a decisão será feita pelo Conselho da Faculdade, que também decide o programa de estudos sucessivo do mesmo*». Em uma nota esclarecedora, tentou-se que o processo fosse aprovado com facilidade ao mostrá-lo como um procedimento simples e se tentou mitigar a resistência destacando que «*em qualquer caso, se garantem os benefícios didáticos e a seriedade científica dos estudos devido à necessidade de que os Comitês das Faculdades exponham uma avaliação positiva, já que, segundo a lei, são os órgãos competentes sobre todas as matérias do plano de estudos*». Infelizmente, não se obteve nenhum resultado prático de todo esse esforço.

## 10. ANO 1974. A COOPERAÇÃO INTERUNIVERSITÁRIA COMO UM INSTRUMENTO PARA A PROMOÇÃO DE UMA CULTURA DE PAZ

Como já comentamos anteriormente, uma característica constante no compromisso intercultural feito pelos reitores das universidades que mantinham um contato frequente, tanto na Itália como no resto dos países, foi que tentaram formar parte das delegações governamentais para participar nas reuniões internacionais. Uma dessas sessões serviu como ponto de partida de uma importante, laboriosa e complexa aventura que concedeu um grande prestígio internacional à Conferência



de Reitores das Universidades Italianas. No futuro, as medidas que foram tomadas nessa ocasião, assim como a promoção ativa dos estudantes de intercâmbio descrita anteriormente, seriam duas das principais razões pelas quais, em 1984, o reitor Carmine Alfredo Romanzi, presidente da Conferência Italiana, seria eleito de maneira unânime como presidente da CRE.

Desde 26 de novembro até 3 de dezembro de 1973 aconteceu em Bucareste a segunda reunião por parte dos Ministros de Educação dos países membros da Área Europeia pertencentes à UNESCO. Naquele momento, o Reitor Tito Carnacini, presidente da Conferência de Reitores Italiana, era um dos membros da Delegação do Governo Italiano. Como já sabemos, a Área Europeia da UNESCO abrange toda a parte geográfica desde a Europa até os Montes Urais. Quando a delegação de um dos países participantes, situado na Europa do Leste, sugeriu que poderia ser promovida uma cooperação internacional entre as universidades se fosse constituída uma *nova* associação de universidades Europeias, formada principalmente pelas Universidades dos países da Europa do Leste, Carnacini improvisou um acordo com alguns dos reitores membros das delegações governamentais da França, Grã-Bretanha e Iugoslávia. Com o fim de melhorar as formas de cooperação interuniversitária na Europa, Carnacini sugeriu que utilizassem as estruturas existentes, como a CRE. Uma intuição previsoramente que ele tinha para evitar a fragmentação entre as universidades europeias do ocidente e do oriente. A recomendação número 11/15 da Segunda Conferência dos Ministros de Educação inclui a proposta de Carnacini, na qual expressa que, na seguinte Assembleia Geral



da CRE, que acontecerá em Bolonha em setembro de 1974, à qual o Reitor Carnacini convidará todas as universidades da Área Europeia da UNESCO, se tentaria chegar a algum acordo para que se pudesse prevenir a divisão em dois blocos das universidades europeias.

Portanto, em setembro de 1974, durante os dias posteriores à Assembleia da CRE, aconteceu uma reunião de grande escala, conhecida depois internacionalmente como «Bolonha Dois», à qual assistiram os reitores de vários países do Leste, incluindo a União Soviética.

Isso abriria minuciosas negociações com o objetivo de incluir as universidades da Europa do Leste na existente CRE. A reunião «Bolonha Dois» designou uma comissão que formaria um «grupo de estudo» composto por representantes da CRE, entre eles o Reitor alemão Ludwig Reiser, eleito novo presidente, assim como reitores das universidades do Leste: o professor Eugeny Sergueev, primeiro Vice-reitor da Universidade de Moscou; o professor Blagovest Sendov, Reitor da Universidade de Sofia; e o professor Zigmund Ribicki, Reitor da Universidade de Varsóvia. Também participaram da reunião um representante por parte da UNESCO e o Secretário-Geral da Associação Internacional de Universidades (IAU), Roger Keyes.

O Reitor Carnacini foi nomeado Presidente e a professora Corradi, como especialista na matéria, participou de maneira ativa em todas as atividades da comissão que tinha como objetivo a preparação de possíveis modificações sobre os estatutos da CRE para facilitar a participação das Universidades Europeias do Leste. Este grupo organizou várias reuniões em Paris,



Bolonha e Sofia, e apesar das numerosas dificuldades que encontraram, conseguiram redigir como acordo um texto que esperavam que fosse aprovado em uma assembleia extraordinária da CRE.

No entanto, as tensões internacionais entre as grandes potências seguiam sendo muito fortes. A Guerra Fria se intensificou e, evidentemente, não eram bons tempos para esse tipo de acordos. Em 7 de junho de 1975, em Viena, a CRE foi convocada de maneira extraordinária a uma Assembleia Geral, mas nesta reunião não conseguiram alcançar os objetivos. Logo que começou o debate, estava claro que havia uma forte oposição ao texto proposto com as alterações aos estatutos. O ponto de inflexão foi alcançado quando, no último momento, se propôs, sem nenhum debate prévio, um novo estatuto modificado para alcançar resultados opostos aos que propunham. Isso representou um momento crítico, já que, na hora de realizar as votações para a aprovação final, vários reitores das universidades da Itália, França e Iugoslávia, junto com representantes de diferentes países, abandonaram a sala seguindo a iniciativa da professora Corradi, para que desta maneira não alcançassem o quórum (a metade mais um dos participantes) que se necessita para que a Assembleia seja válida. Portanto, resultou ser inútil, embora isso era preferível a ter uma mudança para pior. Esse episódio é descrito em um texto (Conferência de Reitores, Documento 518, intitulado *Um fracasso na Cooperação de Universidades Pan-Europeias*) escrito pelo presidente Carnacini para o jornal de Bolonha *Il Resto del Carlino*, publicado com um título diferente em 20 de junho de 1975.



O propósito era que a CRE anunciasse sua expansão na Assembleia Geral da Associação Internacional de Universidades (IAU-AIU) que aconteceria em Moscou durante o verão de 1975, mas, depois de que a esperança se perdeu, alguns reitores da Europa do Leste se retiraram da CRE como forma de protesto.

O presidente Carnacini informou sobre este fracasso à Assembleia da Conferência de Reitores das Universidades Italianas, e o reitor Giampaolo de Ferra da Universidade de Trieste (Itália), que tentava retomar as negociações, propôs imediatamente a maravilhosa ideia de convidar para ir à cidade, «*uma ponte cultural natural entre Oriente e Ocidente*», um grande número de reitores da geografia europeia para um «seminário de estudo» sobre a Ata de Helsinki, que acabava de ser assinada pelas maiores potências. A intenção era retomar as negociações e que não as abandonassem jamais.

Como iniciativa impulsionada por Luigi Labruna, que mais tarde seria Reitor da Universidade de Camerino (Itália), as atuações do *Seminário de Trieste* de 1976 foram registradas em um livro que seria publicado em francês, inglês e russo intitulado *Les aspects culturels et scientifiques des accords de Helsinki* (University of Camerino, 1976). Além disso, nesta ocasião especial a professora Corradi, a quem foi solicitado que redigisse o Relatório Introdutório para uma das reuniões das Comissões, aproveitou a oportunidade para promover a causa da mobilidade estudantil com pleno reconhecimento dos estudos realizados no exterior. Por razões de equilíbrio geográfico-linguístico, o texto original está escrito no Informe



em francês, embora exista uma tradução inglesa e outra russa que se publicaram no mesmo volume. Este é o texto original que a professora Corradi pronunciou:

*«Prof. Sofia Corradi*

*(...) Le meilleur rapport introductif serait la lecture du texte de l'Acte final d'Helsinki, dans lequel on trouve des propositions si ouvertes et si encourageantes qu'elles nous font penser que le temps est enfin venu de voir les échanges culturels internationaux se réaliser sans rencontrer les innombrables obstacles qu'ils ont rencontrés dans le passé. En lisant le texte de l'Acte final d'Helsinki il semble que désormais les chercheurs et les étudiants des divers pays européens pourront librement s'enrichir de tout ce qui peut leur être utile dans chacune des différentes cultures des divers pays comme de leur propre pays.*

*Malheureusement ceux d'entre nous qui ont une certaine expérience en matière d'organisation de rapports culturels internationaux, savent bien que depuis quelques décennies nombreuses sont les déclarations d'après lesquelles les échanges culturels internationaux doivent être encouragés, mais quand on essaie de traduire ces principes dans des faits concrets on rencontre bien des difficultés; et ce ne sont pas seulement des difficultés objectives (comme le manque d'argent, par exemple) mais ce sont aussi des difficultés plus profondes. C'est pourtant sur ces dernières que je voudrais attirer l'attention des Recteurs d'Universités. Ce sont en effet les Universités qui sont appelées à jouer un rôle assez important dans la phase de la traduction en faits des principes énoncés par la déclaration d'Helsinki.*

*En participant à des réunions internationales on constate fréquemment qu'autour de la table chacun est prêt à dire que les échanges culturels doivent être encouragés, mais lorsque le discours se fait plus spécifique on s'aperçoit que chaque participant pense que c'est sa propre culture qui doit le plus influencer les autres et qu'en conséquence il serait très utile aux érudits des autres pays d'apprendre la vraie culture qui (évidemment) est toujours la culture de celui qui parle.*

*Cette attitude (qui malheureusement est commune, au moins en quelque mesure, aux hommes et aux femmes de tous les pays) a été définie (depuis longtemps) par Pasquale Stanislao Mancini comme « l'esprit missionnaire ». Comme on le sait, le missionnaire dans le sens strict du terme est celui qui s'approche d'une culture pour y introduire la religion de sa propre culture mais sans aucune intention d'apprendre lui-même quelque chose. L'exemple traditionnel de ce phénomène est celui de l'européen chrétien qui se rend en Afrique pour enseigner la religion chrétienne aux africains tout en étant persuadé que les européens n'ont rien à apprendre des cultures africaines. C'est seulement depuis peu de temps que nous autres européens avons enfin compris que nous avons quelque chose à apprendre des cultures africaines. Si l'on aborde plus directement la promotion concrète des échanges culturels internationaux on constate fréquemment une résistance de la part des instances de l'Education de chaque pays à admettre que leurs étudiants (et leurs chercheurs) puissent avoir beaucoup à apprendre de la connaissance des cultures d'autres pays. Par conséquent lorsqu'il s'agit de traduire*

*en faits les déclarations de principe il apparaît que la préoccupation principale de la bureaucratie de chaque pays soit de s'assurer que les étrangers aient la possibilité de s'approcher de la culture du pays qui les accueille.*

*Tout à fait différente est l'attitude des hommes de culture, enseignants, savants et naturellement Recteurs ; pour cette raison une réflexion commune des Recteurs en ce domaine sera certainement constructive. Si le rôle (et la fonction) des Recteurs est un rôle (et une fonction) d'éducateurs, alors il en résulte évident que leur souci principal est de faire tout leur possible pour que les étudiants de leur pays acquièrent la meilleure formation possible en élargissant leurs propres horizons culturels notamment en étudiant à l'étranger. Mais ceci exige des mesures très concrètes tant des Universités que des Gouvernements et Institutions internationales ; pour être bref je reprends simplement les propositions faites jeudi matin par le Recteur Luchaire et je pense que nous pouvons dès maintenant en discuter. Je me permets donc d'en citer un passage:*

*«A plusieurs reprises l'Acte d'Helsinki met l'accent sur l'intérêt des «arrangements directs entre les Universités» ; je crois en effet que c'est la meilleure forme de coopération internationale universitaire ; elle peut prendre l'aspect de conventions bilatérales conclues entre deux universités de pays différents mais aussi d'accords plus larges : je pense à des consortiums unissant pour le même objet, de recherche, d'enseignement ou de publication, des Universités de plus de deux pays 4 ou 5 ou même plus ; je crois aussi que dans le domaine de la Science les échanges d'information dans le cadre de*

*pareilles conventions iront dans le sens du progrès général et que nous devons éviter tout réflexe nationaliste tendant à conserver pour nos propres pays des découvertes qui en réalité sont dues plus qu'à nos propres efforts à tous ceux qui nous ont précédés dans tous les pays, car la science tout comme l'art n'a pas de frontières. Mais il nous faut proposer des mesures concrètes pour la mise en œuvre de ces arrangements interuniversitaires bilatéraux ou multilatéraux ; nous pourrions donc demander à nos gouvernements la constitution de Fonds régionaux ou subrégionaux assurant le financement de tels accords en donnant la priorité à ceux qui font progresser la coopération culturelle et scientifique en Europe ».*

*Les considérations exposées ci-dessus devraient à mon avis retenir l'attention des Universités au cours des discussions de la première Commission du Séminaire de Trieste».*

## 11. O RELATÓRIO DAHRENDORF DE 1974, EDUCAÇÃO NA COMUNIDADE EUROPEIA

Em janeiro de 1973, a Comissão Europeia decidiu incluir de maneira formal a educação entre os temas que deveriam tratar. Em 1974, Ralph Dahrendorf, em nome da Comissão, apresentou um importante documento intitulado *Educação na Comunidade Europeia* para o Conselho de Ministros. Entre outras coisas, o documento apontava alguns âmbitos que requeriam uma intervenção com uma prioridade alta, entre elas a promoção pela cooperação entre instituições de educação superior e o

reconhecimento acadêmico dos períodos de estudo realizados no exterior.

Desde este momento, sob a influência de Dahrendorf, a Comissão suspende o princípio de unificação, que já se havia experimentado no passado, e aprovou alguns princípios fundamentais que seguem vigentes atualmente. O primeiro aborda os direitos de todos os europeus a receber uma educação; o segundo, manter a diversidade entre os sistemas educativos que os estados-membros possuem; o terceiro, a designação da responsabilidade da educação a cada estado-membro.



## 12. ANO 1975. O INFORME MACLET. A CIRCULAR DO MINISTRO FRANCO MARIA Malfatti

Em 1975 foi publicado o estudo intitulado *A mobilidade interestereuropeia dos estudantes não licenciados*, que foi encarregado pela Comunidade Europeia a Jean Claude Masplet.

Ao contrário do que muita gente pensava, fazer parte da Comunidade não supunha que assuntos como o sistema educativo, os planos de estudo ou a prática didática se fossem atribuídos à autoridade da Comunidade Europeia. Não se impôs uma homogeneidade no ensino, senão que a variedade dos sistemas educativos se considerava um recurso valioso que cada estado poderia utilizar como exemplo e como inspiração para modelos alternativos educativos já experimentados. A variedade dos sistemas de ensino se considerava o instrumento fundamental da operação.

Na Itália, a promoção sobre o reconhecimento dos estudos realizados no exterior continuou durante o ano de 1975. Durante os primeiros meses, em relação às próximas eleições, se aprovou uma lei para reduzir a idade de voto de vinte um para os dezoito anos. A professora Corradi, que confiava na competência do Ministro de Educação Franco Maria Malfatti em assuntos europeus, o fez saber que a comunidade estudantil agradeceria que ele emitisse uma carta Circular por parte do Ministério interpretando as normas vigentes, fazendo possível assim a mobilidade internacional entre estudantes universitários para as idades compreendidas entre os dezoito e vinte uns anos.



A Circular do Ministro Malfatti se emitiu imediatamente; cujo título era «*O reconhecimento de estudos universitários realizados nas universidades estrangeiras por estudantes italianos*», datada de 3 de abril de 1975 (Ministério de Educação, Direção Geral de Educação Universitária, Div. VII/399, Pos.20/P.G), porém, desafortunadamente, esta carta não teve resultados positivos.

### 13. ANOS 1975 E 1976. OS ACORDOS DE HELSINQUE E O SEMINÁRIO DE REITORES DE TRIESTE.

Nos anos 1974, 1975 e 1976 foram particularmente cheios de acontecimentos que, de alguma maneira, influenciaram no desenvolvimento de uma nova atitude em relação à mobilidade estudantil. Já se mencionaram anteriormente alguns deles e agora se tratarão outros, mas pode ser realizado um resumo com as sequências cronológicas mais importantes: *Bolonha Dois* em 1974, o IAU-AIU, a Assembleia de Moscou e a assinatura da Ata de Helsinque em 1975, a Resolução mediante a qual a Comunidade Europeia se comprometeu a tratar a educação e o Seminário de Trieste, ambos em 1976.

A *Conferência de Segurança e Cooperação na Europa* terminou em 1º de agosto de 1975. Isto representou um passo importante para a cooperação internacional universitária e simbolizou, para os 35 estados que fizeram parte, uma ferramenta importante na hora de estabelecer e manter relações cordiais entre os países de toda a geografia europeia. Um parágrafo inteiro da Ata Final da Conferência está dedicado à *Cooperação e intercâmbio na área*

*da educação, no qual se especificou que as áreas favorecidas pela cooperação incluiriam a extensão de relações diretas, a facilitação do acesso e o intercâmbio dos empregados, a cooperação e o intercâmbio entre diferentes setores científicos, o estudo de línguas estrangeiras e o intercâmbio de experiências em relação aos os métodos pedagógicos. Fez-se uma menção especial sobre os acordos nos quais os participantes expressaram sua intenção «com o fim de aumentar e melhorar a cooperação e as conexões no âmbito da educação e a ciência em diferentes níveis, concretamente com a promoção da aprovação sobre acordos diretos entre instituições de educação superior e investigação no contexto, se fosse necessário, de acordos intergovernamentais».*

Uma revisão sobre as datas nas quais se assinaram os acordos internacionais pelas Universidades italianas mostra que a maioria se dispôs desde o ano 1975 em diante e, provavelmente, isto mesmo ocorra em outros países. Os anos de 1975 e 1976 constituíram um grande acontecimento para as instituições de ensino superior em todos os países da Europa, devido à aprovação da Ata de Helsinque sobre a segurança e a cooperação na Europa em 1975 e ao Seminário de Reitores Europeus celebrado em Trieste (Itália), independente das reuniões da CRE, em 1976. Baixo as circunstâncias da Guerra Fria entre os poderes mais fortes do mundo, os eventos anteriormente mencionados resultavam cruciais para a promoção dos acordos de cooperação entre as instituições da Europa ocidental e oriental de educação superior. A seguir, se debate sobre a Resolução que foi aprovada pela Comunidade Europeia em 1976, que teve um impacto similar na Europa ocidental.



## 14. ANO 1976. A RESOLUÇÃO EUROPEIA DE 9 DE FEVEREIRO. OS PROGRAMAS DE ESTUDO CONJUNTO

A Resolução Europeia de 9 de fevereiro de 1976, aprovada oficialmente pelo Conselho de Ministros Europeu depois de uma reunião informal com os Ministros de Educação, estabelece os princípios fundamentais para a ação comunitária na área da educação. Defende os objetivos do novo programa político da União Europeia e os mecanismos para sua execução. A respeito da educação superior, a Comunidade teria como objetivo realizar umas medidas concretas para favorecer os contatos entre as instituições particulares e começar com um estudo sobre as qualificações acadêmicas.

A aprovação da resolução constituiu um dos pilares fundamentais nos quais se desenvolveu a cooperação europeia na área da educação até hoje. Esta estabeleceu uma diferença entre as ações que se deveriam debater no âmbito comunitário e as que se deveriam tratar de maneira individual nos Estados membros. Em 1976, a Comunidade Europeia tomou a histórica decisão de comprometer-se ativamente na área da educação e na década de 1976 a 1986 se realizaram os Programas de Estudo Conjunto, também conhecidos em inglês como *Joint Study Programmes* (JSP).

O conjunto de iniciativas financiadas pela Comunidade Europeia no contexto dos Programas de Estudo Conjunto pode ser considerado um tipo de projeto-piloto, um experimento que a professora Corradi aguardava há muito tempo, assim como

os reitores da Itália, Alemanha e França, que se animaram com esta iniciativa. Isso proporcionou a experiência sobre a qual se basearia o Programa Erasmus.

Entre os anos acadêmicos de 1976-77 e 1986-87, foram financiados mais de quinhentos Programas de Estudo Conjunto e abrangiam uma ampla variedade de áreas acadêmicas que se distribuíram da seguinte forma: 91 para engenharia, tecnologia e informática (15,5%); 85 para política e ciências sociais, economia e história (14,5%); 75 para línguas, literatura e linguística (12,8%); 68 para ciências políticas (11,6%); 55 para ciências naturais e matemáticas (9,4%); 45 para arquitetura e estudos urbanos (7,7%); 34 para docência (5,8%); 34 para direito (5,8%); 24 para belas artes e design (4,1%); 20 para geografia e estudos regionais (3,4%); e 11 em outras matérias (3,1%).

Durante a etapa inicial, se concedia parte dos fundos europeus às instituições de educação superior com o propósito único de facilitar o plano e a organização inicial do projeto. Uma vez iniciado, a responsabilidade financeira para sua execução passava exclusivamente às instituições que formavam parte deste projeto. No entanto, nos anos seguintes parecia prático financiar os estudantes e professores que participavam nos programas com baixo atribuição orçamentária.

Os resultados que ofereceram os Programas de Estudos Conjunto foram considerados de forma unânime muito positivos e, por alguma razão, depois que finalizou a ajuda da Comunidade, muito projetos se mantiveram. Este tipo de cooperação internacional era considerada muito enriquecedora para os departamentos científicos que participaram nela.

## 15. ANO 1980. A NOVA DISPOSIÇÃO ITALIANA SOBRE COOPERAÇÃO UNIVERSITÁRIA INTERNACIONAL

Em 1979, ocorreram pela primeira vez as eleições ao Parlamento Europeu na qual os cidadãos dos países membros escolheram diretamente os representantes. O ano de 1980 foi importante tanto para a Comunidade quanto para a legislação italiana.

Durante os anos setenta, as reuniões entre os reitores das universidades europeias ficaram mais frequentes e a professora Corradi teve um papel ativo nelas. A CRE convocou reuniões semestrais nas quais participaram até setenta reitores. Também ocorreram duas reuniões por ano por parte do Comitê de Enlace da Confederação de Conferências de Reitores da União Europeia, mais tarde conhecida como EUREC. Ademais, foram feitas com frequência reuniões bilaterais, ou seja, reuniões entre delegados das Conferências de Reitores dos dois países. A Conferência de Reitores Italiana, depois do constante incentivo por parte da professora Corradi em todos os níveis, realizou principalmente este tipo de encontros com as Conferências alemã, francesa e britânica, nas quais participou ativamente.

O trabalho constante depois de dez anos repercutiu na opinião pública e nos governos: em 1980, os Ministros de Educação dos estados membros decidiram, em uma reunião realizada em 27 de junho, a possibilidade de facilitar e aumentar a equivalência dos

créditos acadêmicos sobre o tempo que se realizam os estudos no exterior, e promover o reconhecimento desses períodos como parte do plano de estudos necessário para adquirir o diploma universitário nas universidades de origem.

Mais tarde, nesse mesmo ano, os legisladores italianos publicaram a Lei 28 e DPR 382. O artigo 91 e outras cláusulas deste decreto concederam às instituições italianas de educação superior amplas possibilidades de estabelecer uma cooperação internacional. Uma das medidas refletidas neste artigo tem um impacto especialmente importante sobre o tema: *“se permitem os convênios entre as instituições italianas e estrangeiras de educação superior com o fim de integrar atividades didáticas e científicas, e para a integração dos programas de estudo (...)”*. Inclusive depois de 1980, muitas universidades italianas planejaram acordos cooperativos com seus homólogos de outros países, mas em 1980, graças ao artigo 91 e outras medidas, eliminaram-se muitos obstáculos que antes precisavam superar e muitas outras universidades italianas iniciaram, aperfeiçoaram ou formalizaram acordos de cooperação internacional.

Neste ano letivo de 1980-81 ocorreu a primeira aplicação do DPR (Decreto do Presidente da República) 382 nas instituições italianas de estudos superiores. Cabe destacar especialmente que na legislação italiana e na bibliografia acadêmica, a palavra *università* se utiliza normalmente com um sentido amplo, incluindo assim todas as instituições de ensino superior. Independentemente de como se denomine, na Itália o elemento



que define uma “universidade” é se os professores realizaram investigações acadêmicas. Por exemplo, duas prestigiosas universidades italianas, as quais instruíram ganhadores do Prêmio Nobel, são a Politécnica de Milão e a Politécnica de Turim.

## 16. ANO 1982. AS REUNIÕES ÍTALO-GERMÂNICAS DE BAD GODESBERG E DE HAMBURGO

Durante o ano letivo de 1981-82, a Conferência de Reitores da Itália (CRUI), seguindo a proposta da professora Corradi, decidiu preparar um esquema de dois documentos, ambos não vinculantes, porém possivelmente muito úteis no âmbito operativo: um era um acordo modelo para a cooperação internacional universitária, e o outro era um exemplo para o documento que certificaria os estudos realizados no exterior. Muitas vezes, a Conferência de Reitores utilizou esse *modus operandi* com resultados positivos; em algumas ocasiões, quando se solicitava às universidades uma decisão sobre suas políticas autônomas através de instituições de investigação como o Instituto Nacional de Física Nuclear (INFN) ou o Conselho de Investigação Nacional Italiano (CNR). Para esses casos, a Conferência de Reitores havia preparado um acordo modelo no qual cada universidade poderia aprovar em sua totalidade, recusar ou, como aconteceu na maioria dos casos, utilizá-lo como ponto de início, modificando-o segundo considerasse apropriado. A ideia principal era atuar de uma maneira similar

com o fim de facilitar a cooperação universitária internacional segundo as bases dos acordos dispostos pelo artigo 91 do DPR 382/1980 anteriormente mencionado. Tanto o acordo modelo como o exemplo do certificado de estudos estrangeiros apareceriam como textos paralelos em diferentes colunas compilados na versão italiana, francesa, inglesa, alemã, etc.

Esta estratégia tratava de manter a ideia de que a precisão e planificação lógica poderiam ser de grande ajuda para certificar os estudos realizados no exterior. De fato, o estudo sobre os problemas dos certificados foi uma das disposições do plano de ação europeu para a educação superior de acordo com a Resolução já mencionada de 9 de fevereiro de 1976.

Em relação à necessidade específica de ter um certificado de estudos no exterior, desenvolveu-se a ideia de preparar um modelo multilíngue. Por meio deste documento, a universidade de destino na qual se realizassem os estudos poderia descrevê-los com precisão e exatidão. Por exemplo: se o estudante realizou um seminário ou um curso, se assistiu durante um semestre ou um ano, o número de matérias que o compõem, se era obrigatório ou não realizar um exame final oral ou escrito, etc. Quando o estudante mandasse os documentos certificados de seus estudos e provas à universidade de origem, teriam a principal vantagem de serem compreendidos e assim a universidade de origem poderia decidir se reconhecer ou não os estudos realizados. Por isso, o modelo poderia implantar certa fundamentação assim como facilitar a comunicação entre universidades.



Também se incluiu que se suspeitassem de mal uso ou falsificação, cada universidade poderia solicitar as condições estabelecidas na Lei 905 de 18 de dezembro de 1980 (relativa à livre circulação de enfermeiras profissionais dentro da Comunidade), que expõe no artigo 3 que “em caso de sérias dúvidas sobre a autenticidade de um certificado”, a autoridade pertinente para realizar seu reconhecimento deverá “solicitar ao responsável correspondente do outro Estado membro a confirmação de autenticidade dos documentos apresentados”.

Com o fim de promover os acordos interuniversitários, como continuação a reuniões anteriores com a Conferência de Reitores da Alemanha Ocidental, e com o motivo da reunião semestral da CRE, foi possível um acordo entre ambas as Conferências de Reitores para preparar um modelo de cooperação entre instituições italianas e alemãs de educação superior.

Em uma circular enviada em 23 de julho de 1982, o Presidente da Conferência Italiana de Reitores naquele momento, o professor Carmine Alfredo Romanzi, reitor da Universidade de Gênova, que em 1984 se tornaria o presidente da CRE, solicitou aos reitores italianos que enviassem informação completa sobre as relações prévias entre as instituições italianas e alemãs na sede da Conferência em Roma.

Depois de avaliar o material recebido, foi elaborado um modelo no qual se esclarecia que cada universidade poderia utilizá-lo se se considerava útil e modificá-lo de qualquer maneira que acreditassem conveniente.

Depois de algumas deliberações informais após as reuniões da CRE em setembro de 1982, uma delegação da Conferência Alemã reuniu-se em Bad Godesberg com uma delegação da Conferência Italiana.

Uma segunda reunião aconteceu em Hamburgo em novembro de 1982, de novo com motivo da reunião da CRE.

## **17. ANO 1983.** **A REUNIÃO ÍTALO-GERMÂNICA EM GÊNVOA**

Um terceiro encontro ocorreu em Gênova (Itália) em janeiro de 1983. Entre os participantes alemães se encontravam os reitores Heinrich Seidel e Theodor Berchem, assim como o doutor Ulrich Grotus, enquanto do lado italiano participaram o presidente Carmine Alfredo Romanzi, o reitor Vincenzo Buonocore e a professora Sofia Corradi.

Depois dos esclarecimentos estabelecidos de maneira informal em Bergen e durante a reunião semestral da CRE, foi decidido o texto final apoiado de forma unânime pela Conferência Alemã de Reitores e a Assembleia da Associação Italiana.

Cabe fazer menção do sistema adotado para a redação do acordo modelo. Para facilitar o aumento da cooperação em uma quantidade de setores em constante crescimento, introduziu-se uma disposição conforme a qual, depois da assinatura dos acordos iniciais entre universidades, permitia introduzir novos formulários ou atividades em forma de adendos ao acordo inicial destinados a ampliar a cooperação.

O artigo 5 do acordo modelo, dedicado ao reconhecimento de estudos estrangeiros, determinava que os estudos e exames realizados por um estudante fossem reconhecidos por sua universidade sobre a base de uma convalidação aproximada das qualificações obtidas no exterior em uma escala que compreendia desde «insuficiente» até «matrícula com menção honrosa».

O texto do acordo modelo foi escrito com um formato de colunas paralelas, uma em italiano e outra em alemão, e continha a declaração expressa de que ambos os textos eram considerados autênticos. Nesse momento estabeleceram-se alguns contatos similares entre as Conferências de Reitores britânica e brasileira.

A seguir, se oferece uma cópia da carta na qual o Presidente Romanzi apresentou o texto do acordo modelo aos seus companheiros, os Reitores Italianos:

*«Aos excelentíssimos Reitores das Instituições Italianas de Estudos Superiores*

*Assunto: acordo modelo de cooperação entre Instituições Alemãs e Italianas de Educação Superior.*

*Prot. CR/C 1983/7*

*Querido companheiro:*

*Como sabes, com base na legalidade do artigo 91, parágrafo 4 do Decreto do Presidente da República (DPR) n.º 382, 1980, as Instituições Italianas de Educação Superior estão autorizadas, hoje mais*

*que nunca, a assinar acordos de vários tipos com instituições de países estrangeiros. Outras das disposições reunidas no anteriormente mencionado DPR n.º 382 concernem às distintas possíveis formas de cooperação internacional interuniversitária a diferentes níveis, entre elas investigação, intercâmbio de professores, estudantes ou ferramentas para a investigação.*

*Como sabes, muitas instituições italianas mantêm relações com outras instituições estrangeiras similares com o propósito de aplicar experiências passadas para uma melhor consecução das oportunidades que nos oferece o DPR n.º 382, a Conferência de Reitores considera útil, primeiro, intensificar os acordos já existentes entre instituições italianas e estrangeiras.*

*Como lembrarás, na circular com data de 23 de julho de 1982 (Prot. CR/C1982/10, nossos companheiros italianos foram convidados a enviar informação completa sobre as relações existentes à sede em Roma da Conferência de Reitores. A informação solicitada, junto com o convite para enviar novos comentários ou propostas, foi proporcionada, fundamentalmente, da seguinte maneira: a) resumos breves dos acordos existentes entre a instituição e outras instituições estrangeiras, com o pedido de, se fosse possível, anexar fotocópias de tais acordos; b) informação sobre a implementação nos acordos durante os anteriores quatro ou cinco anos académicos, na qual se incluisse o número de professores ou estudantes de intercâmbio, duração, origem, etc.; c) fontes dos recursos com os quais contou; d) o possível interesse da instituição em estabelecer acordos futuros com instituições estrangeiras.*

*Após uma análise completa das informações recebidas, e com o propósito de obter a assinatura de acordos de maneira mais rápida e fácil,*

*a Conferência de Reitores considerou apropriado proceder de maneira semelhante àquelas aplicadas anteriormente, por exemplo, quando preparamos um modelo de acordo sobre as relações entre instituições italianas de ensino superior e o Instituto Italiano de Física Nuclear, dando total liberdade a cada instituição para aprovar o texto como foi entregue, para rejeitá-lo ou, como fez a maioria deles, adotá-lo depois de fazer as alterações necessárias em cada caso específico.*

*Com o mesmo propósito, preparou-se um acordo modelo entre instituições italianas e alemãs. Cada universidade será totalmente livre de usá-la, se a consideram oportuna, e de introduzir qualquer tipo de melhoria que considerem útil para cada caso particular.*

*Depois de alguns debates informais com os Reitores Alemães, principalmente com nosso companheiro Hinrich Seidel, nas reuniões da Conferência Europeia de Reitores (CRE) em setembro de 1982, uma delegação de Reitores Alemães realizou uma reunião em Bad Godesberg (Bonn) com uma Delegação da Conferência Italiana de Reitores nas quais eu mesmo participei, assim como os Reitores Luciano Merigliano, Vincenzo Buonocore, Paolo Fusaroli, e a professora Sofia Corradi.*

*Um segundo encontro ocorreu de maneira informal em Hamburgo em novembro de 1982, com motivo de uma reunião da CRE, e uma terceira reunião aconteceu em Gênova em janeiro de 1983. Entre os alemães presentes na reunião de Gênova se encontravam os reitores Hinrich Seidel e Theodor Berchem, assim como o doutor Ulrich Grothus, enquanto entre os italianos estávamos o reitor Vincenzo Buonocore, a professora Sofia Corradi e eu mesmo.*

*Depois de alguns esclarecimentos informais feitos em Bergen (Noruega), na reunião semestral do CRE, conseguimos chegar à última versão do texto, que foi aprovado por unanimidade pelo Assembleia Geral da Conferência Alemã, e que pelo presente ato envio para sua aprovação à Conferência Italiana.*

*Gostaria de chamar a atenção dos meus colegas para o método operacional adotado aqui, com o objetivo de facilitar o aumento da cooperação em vários setores em constante crescimento: após a assinatura do contrato inicial, qualquer novo termo introduzido nesta cooperação poderá ser integrado como um apêndice.*

*Espero ter conseguido algo útil, não só pelo interesse das universidades, mas também para a promoção do companheirismo e compreensão internacional, e informo que as Conferências de Reitores de outros países expressaram seu interesse ativo em nossa iniciativa, e por isso devemos estar orgulhosos. Nossa próxima reunião será realizada na Conferência de Reitores britânicos, que tiveram a gentileza de nos convidar.*

*O presidente  
(C. A. Romanzi)»*

A parte alemã também recebeu o texto do modelo com agradecimento, e o presidente do WRK, o catedrático e doutor Theodor Berchem, escreveu a seguinte carta em italiano ao presidente Romanzi:

«WESTDEUTSCHE REKTORENKONFERENZ

- Der Präsident -

*Excelentíssimo Reitor e querido companheiro,*

*É um grande prazer informar que o texto do acordo modelo para a cooperação entre instituições italianas e alemãs de ensino superior, que nós preparamos juntos em Gênova em janeiro, e que foi acordado por você e meu companheiro Seidel em Bergen, foi aprovado por unanimidade pela Assembleia Plena em nossa Conferência de 4 e 5 de julho de 1983. Anexo algumas cópias do texto mencionado.*

*Espero que o modelo, após a aprovação da sua Conferência, contribua para um maior e útil desenvolvimento da cooperação e intercâmbio entre as instituições de ensino superior dos nossos países.*

*Gostaria de aproveitar esta oportunidade para agradecer novamente, e também, em nome do nosso colega Seidel, pela sua hospitalidade em Gênova, e pela atmosfera de colaboração e confiança que caracterizou nosso trabalho conjunto.*

*Uma saudação cordial.*

*Professor e doutor, Theodor Berchem, Presidente»*

O seguinte texto é a tradução da versão em italiano do acordo modelo:

## «ACORDO MODELO PARA A COOPERAÇÃO ENTRE AS INSTITUIÇÕES ITALIANAS E ALEMÃS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR

*Acordo entre..... (universidade italiana), representada pelo Reitor pro tempore....., autorizado pelos organismos competentes da universidade, e.....(universidade alemã), representada pelo Reitor (ou Presidente) pro tempore....., autorizado pelos organismos competentes, se estipula pelo presente acordo que:*

### **Artigo 1 – Objetivos**

*Com este acordo, as universidades que o assinam aspiram a promover a cooperação em pesquisa e ensino, bem como facilitar o intercâmbio de professores e alunos.*

### **Artigo 2 – Planos de cooperação**

*Prazos, métodos e formas de cooperação na investigação serão estabelecidos em um “Plano de Trabalho” específico de pelo menos um ano, assinado pelos reitores ou presidentes de ambas as universidades. As mesmas características serão aplicadas aos programas de intercâmbio de professores. O texto do “Plano de Trabalho” será anexado ao presente documento.*

### **Artigo 3 – Financiamento**

*As obrigações das universidades signatárias para a aplicação deste acordo devem ser previamente autorizadas pelos órgãos competentes de cada universidade. Para o intercâmbio de professores, as despesas produzidas pelas viagens serão, regra geral, pagas pela universidade de origem, enquanto as outras despesas serão pagas pela universidade que acolhe. Em certos casos, poderão ser tomadas distintas disposições.*

#### ***Artigo 4 – Registro de estudantes***

*Para todos os efeitos, o aluno se matricula, por um período de determinado tempo, em estudos da universidade de acolhida no estrangeiro. A regulamentação do país de origem em relação a estas questões será aquela que estabelece se o aluno permanecerá matriculado em sua universidade de origem. O estudante estrangeiro tem o direito aos mesmos serviços na universidade de chegada que os alunos locais. Os estudantes que desejem participar deste acordo devem completar pelo menos um ano de estudos em uma universidade em seu país natal. A duração da estadia do estudante será, em regra, de um ano letivo. Para os fins indicados, os alunos da universidade associada ao acordo estarão isentos de qualquer exame de admissão solicitado na universidade de destino, ou serão aceitos fora do numerus clausus.*

#### ***Artigo 5 – Reconhecimento dos estudos estrangeiros***

*Os cursos realizados e os exames aprovados serão reconhecidos na universidade de origem, de acordo com o Apêndice A, que define os planos de estudos e trabalho, bem como suas modalidades. Se as qualificações obtidas precisarem ser transferidas, as seguintes correspondências serão aplicadas:*

<i>Itália</i>	<i>República Federal de Alemanha</i>
<i>0-17</i>	<i>Insuficiente</i>
<i>18-22</i>	<i>Suficiente</i>
<i>23-26</i>	<i>Aprovado</i>
<i>27-29</i>	<i>Notável</i>

30	<i>Excelente</i>
>30	<i>Matrícula com Menção Honrosa</i>

*Quanto aos cursos que concluem com a prova estatal, a universidade alemã fará todo o possível para obter um reconhecimento semelhante para os períodos de estudos, os estudos em si e os exames superados na universidade italiana com a finalidade de serem admitidos no exame do estado.*

*O reconhecimento dos diplomas finais é completamente excluído dos termos deste acordo, que apenas trata do reconhecimento de estudos estrangeiros como parte do currículo acadêmico, favorecendo a aquisição do diploma final.*

#### ***Artigo 6 – Duração do contrato***

*Este acordo tem uma duração indefinida e entrará em vigor no início do próximo ano letivo, após a aprovação dos órgãos competentes de cada universidade. Cada uma dessas instituições têm o direito de desistir do contrato a qualquer momento. Esta rescisão deverá ser operativa no início do próximo ano letivo.*

#### ***Artigo 7 – Modificações***

*Este acordo pode ser modificado em qualquer momento por acordo mútuo. No entanto, isso não restringe em nenhum caso o direito adquirido sobre o reconhecimento de estudos que já foram iniciados.*

#### ***Artigo 8 – Texto do acordo***

*O presente acordo está escrito em italiano e em alemão. Ambas as versões do texto se consideram originais.*

## 18. ANO DE 1984. RESOLUÇÃO DO PARLAMENTO EUROPEU DE 13 DE MARÇO

Em uma reunião realizada em 2 de junho de 1983, o Conselho de Ministros Europeus manifestou que «a promoção da mobilidade na educação superior é um dos objetivos mais importantes no campo da cooperação na educação dentro da Comunidade», e se chegou a uma série de conclusões destinadas a «intensificar e estender a mobilidade no âmbito da educação superior». As conclusões remetem à melhora do reconhecimento dos estudos, à promoção de estudos em outros Estados membros, ao maior desenvolvimento do suporte para Programas de Estudos Conjuntos e estâncias para períodos curtos, assim como à promoção de acordos diretos entre instituições de educação superior.

Na resolução de 13 de março de 1984, intitulada *Resolution regarding Higher Education and the Development of Cooperation Between Institutions of Higher Education* («Resolução sobre a Educação Superior e o Desenvolvimento da Cooperação entre Instituições de Educação Superior»), o Parlamento Europeu expressou firmemente sua opinião de que «*é essencial desenvolver um intercâmbio de conhecimento e fomentar a mobilidade de professores e estudantes como resposta à atual sociedade em transformação, na qual a ciência e a cultura terão um papel crítico e em constante aumento*». O Parlamento Europeu também solicitou a «*adoção de medidas necessárias*



*para o desenvolvimento do intercâmbio e de uma autêntica cooperação entre as instituições de educação superior no âmbito comunitário», e expressou seu desejo de que o projeto piloto já em uso sobre os Programas de Estudo Conjunto levasse à uma «genuína política comunitária para o intercâmbio de pessoas, de conhecimento e das práticas educativas».*

## **19. ANO 1985. A EUROPA DOS CIDADÃOS**

Em uma reunião realizada em 3 de junho de 1985, o Conselho de Ministros Europeus de Educação reiterou a importância de acelerar a promoção da mobilidade e agradeceu que a Comissão planejasse entregar algumas propostas práticas no final daquele ano.

Como é possível observar, a necessidade de levar em consideração a dimensão social e humana da Comunidade se encontrava agora claramente reconhecida por todos os organismos comunitários. A cooperação interuniversitária, assim como a mobilidade de professores e estudantes, haviam sido identificadas neste momento como elementos de fundamental importância.

Com esta atitude, durante o semestre de presidência italiana, na reunião que aconteceu em Milão nos dias 28 e 29 de junho 1985, o Comitê Europeu aprovou as propostas apresentadas pelo Comitê *ad hoc* para a Europa dos Cidadãos, que foi criado um ano antes, na reunião de Fontainebleau.



## 20. ANO 1986. APROVAÇÃO DO PLANO GERAL ERASMUS PELOS ORGANISMOS COMUNITÁRIOS

A partir deste momento o progresso foi extremamente rápido. Para poder utilizar a experiência adquirida durante os dez anos desde que a Comunidade fundou quase 500 Programas de Estudo Conjunto, foi realizada uma reunião em Bruxelas em novembro de 1985 e a Comissão de Comunidades Europeias enviou suas propostas para o Programa Erasmus aos dois meses, em janeiro de 1986.

Em junho do mesmo ano, os ministros de educação dos doze estados membros aprovaram tanto os objetivos como o plano geral do Programa, ao que se daria o nome de «Erasmus», e emitiu um mandado ao Comitê de Educação para desenvolvê-lo detalhadamente. O Parlamento Europeu e o Comitê Social e econômico também mostraram seu apoio total às propostas da Comissão.

Também, em junho de 1986, os chefes de estado reiteraram a importância do Programa Erasmus e convidaram os ministros de educação a chegar a um acordo para seu cumprimento imediato.

Ao contrário do que muita gente pensa, a denominação do programa não vem do nome em latim de «Desiderius Erasmus of Rotterdam». Na realidade, Erasmus é um acrônimo de «*Plano de Ação da Comunidade Europeia para a Mobilidade de Estudantes Universitários*» (*European Region Action Scheme for*



*the Mobility of University Students*). O professor Jan Sperna Weiland, que naquele momento era Reitor da Universidade Erasmus em Roterdã, lhe comunicou pessoalmente à professora Corradi que em 1986 havia recebido uma ligação de Bruxelas de um funcionário da Comunidade que lhe perguntava se ao programa de intercâmbio de estudantes poderia dar-se, sem lugar a ambiguidades, o nome de Erasmus, e que respondeu, de maneira resumida, que sim poderia ser feito. O êxito do programa Erasmus, nome que manteve depois de um protesto generalizado ante a ideia de que pudesse ser alterado quando fosse incluído em um programa mais amplo, levou à tradição de denominar outros programas da Comunidade em homenagem a prestigiosas figuras culturais europeias, tais como Sócrates, Leonardo da Vinci ou Comenius.

Desde o início do programa Erasmus, que agora parece tão próximo, e como pôde ser visto no Comitê de Ligação de 5 de junho de 1986, a professora Corradi estava envolvida de maneira ativa na preparação da seguinte fase operacional, que apontou os obstáculos regulamentares e organizacionais do lado italiano, que se distinguiu por sua experiência no de Estudo Conjunto.

No início de novembro de 1986, o Comitê de Educação já havia chegado a um acordo sobre praticamente todos os aspectos e conteúdos do Programa, e foram identificados apenas alguns problemas políticos que teriam de ser resolvidos pelos ministros de educação. Em 26 de novembro de 1986, os ministros de economia europeus decidiram, por maioria, adotar o pacote econômico proposto pela Comissão.



Esperava-se que na reunião do Conselho Europeu de Ministros, que ocorreu em 28 de junho de 1986, se chegaria a uma decisão final sobre alcançar um acordo para desenvolver o Programa Erasmus. No entanto, por um problema de natureza econômica, os ministros não foram capazes de consegui-lo e a Comissão, para evitar danos ao projeto geral do programa, o revogou. Em um encontro entre os ministros de educação, realizado em 28 de novembro de 1986, sete dos estados membros aceitaram a proposta de orçamento enviada pela Comissão, que destinou aproximadamente cerca de 175 milhões de ECU (Unidade Monetária Europeia, uma unidade de conta que funcionava como antecessora do euro) para a primeira fase do programa. Dois países expressaram sua preferência por um orçamento reduzido de 100 milhões de ECU, e outros três países opinaram que um orçamento semelhante ao último também era demasiado elevado.

O principal problema era o orçamento destinado às bolsas para a mobilidade estudantil. De acordo com as propostas da Comissão, as bolsas de estudo deveriam ascender ao menos até um total de 60% do orçamento final, e deveriam ser considerada a característica fundamental do programa. A Comissão estimou que sem um apoio financeiro direto e considerável sob a forma de bolsas de estudo para cobrir os custos envolvidos que supõem permanecer no estrangeiro, o programa Erasmus não alcançaria seu objetivo máximo. A Comissão, ao invés de aceitar que o Conselho atribuísse um orçamento completamente insuficiente, preferiu retirar a proposta em sua totalidade.



No final de 1986, depois de que um grupo de advogados da União Europeia protestou contra esse bloqueio, os chefes de estado e dos governos, insistiram uma vez mais que o Programa Erasmus era vital para a consecução de uma *Europa dos cidadãos* e, devido ao pedido, os ministros de Relações Exteriores abordaram de novo a situação em uma reunião que ocorreu nos dias 15 e 16 de dezembro de 1986. Decidiram deixar o programa tal e como a Comissão havia proposto pela primeira vez e apresentá-lo também a um exame de caráter urgente pelo Conselho de Ministros. Diante da insistência dos chefes de estado e dos governos, a Comissão decidiu reapresentar a proposta original do programa.

## 21. ANO 1987. O LANÇAMENTO DEFINITIVO DO PROGRAMA ERASMUS

O Programa foi implementado de maneira definitiva em 14 de maio pelo Conselho de Ministros de Educação «em uma reunião com o Conselho de Ministros Europeu». Neste dia pôde ser apreciado o fruto de muitos anos de trabalho: «*Nunc est bibendum, nunc pede libero pulsanda tellus*» (Horácio). Como se mencionou no capítulo 3, foi necessário recorrer a este procedimento oficial para evitar o problema, já que no Tratado de Roma de 1957 não se tinha contemplado a educação como um assunto que exigisse a intervenção comunitária. Portanto, o Programa Erasmus foi ratificado pelo Conselho Europeu de Ministros, com competências para outras questões, em sua reunião de 15 de junho de 1987.



Durante o seguinte ano acadêmico, 1987-1988, as novidades deste inovador Programa chamaram a atenção do grande público e, a pedido dos editores, Sofia Corradi escreveu sobre ele no jornal diário italiano *La Repubblica*.

Texto extraído de *La Repubblica*, 30 de janeiro de 1988:

O intercâmbio de estudantes entre universidades da comunidade europeia

## **A TITULAÇÃO «EUROPEIA» DENOMINADA ERASMUS SE ESTABELECE TAMBÉM NA ITÁLIA**

por Sofia Corradi

ROMA – Em março, o jornal francês *Le Monde* promoverá um seminário internacional no qual participará o presidente Mitterand. Um clima de ativismo também começou a tomar forma na Itália. O assunto que gera tanta expectativa é o Programa Erasmus, um plano para o intercâmbio de estudantes entre universidades da Comunidade, e que implica um reconhecimento total dos estudos realizados no estrangeiro. Para mais informações, os estudantes deverão entrar em contato com os escritórios de Relações Internacionais de suas universidades. As bolsas chegam a um total aproximado de 2 milhões de liras para todo o ano acadêmico. A data limite para a entrega das solicitações é 31 de janeiro. Para os estudantes que não fazem parte de estudos regulados e que apresentem um plano de estudos individual, a data limite foi prorrogada

até 31 de março. No que se refere a este projeto se anexa um artigo de Sofia Corradi, professora de educação para adultos na Universidade de Roma «La Sapienza», e que por muitos anos esteve involucrada na investigação sobre educação internacional e promoção de intercâmbios interuniversitários:

*Em 1492, os europeus descobriram a América; em 1992, «descobriram» a Europa. De fato, neste ano, a unidade monetária do mercado interior europeu se converterá em uma realidade, de forma que não só o dinheiro, mas também as pessoas, as ideias e as profissões circularão livremente dentro dos 12 estados da Comunidade Europeia. Neste contexto, em 14 de março de 1987 se aprovou o Programa Erasmus, criado para facilitar a mobilidade de estudantes entre os distintos estados membros. Este plano se encarrega fundamentalmente dos programas interuniversitários para o intercâmbio de estudantes, que realizarão um período de estudos em uma universidade estrangeira, totalmente reconhecido pela sua universidade de origem para a obtenção do seu diploma final («láurea» ou outros).*

*O Programa Erasmus se encontra entre as políticas da «Europa dos cidadãos» dirigidas a enfatizar vantagens que trazem fazer parte da Comunidade na vida Diária dos habitantes deste espaço. O Erasmus se criou com um orçamento aproximado de 120 bilhões de libras, mas pode ser inclusive melhor do que parece se tivermos em conta que mediante o mesmo, e aproveitando a autonomia das universidades, se colocará em funcionamento uma poderosa maquinaria de todos os sistemas universitários.*

*Aqui detalho algumas das cifras: há aproximadamente 6 milhões de estudantes universitários e cerca de 3.600 instituições de educação superior na Europa. Nos anos compreendidos entre 1976 e 1986*

*a mobilidade estudantil foi muito escassa, de tão somente 1%. O Erasmus pretende multiplicar este dado por dez e mobilizar cerca de 50.000 estudantes por ano.*

*Durante a fase conceitual do plano, a Itália colheu uma infinidade de méritos reconhecidos. No entanto, durante a fase operacional, o sistema italiano teve que enfrentar inúmeras dificuldades (...).*

*Ao contrário do que as pessoas pensam, a principal vantagem para o estudante não é nem a melhora da aprendizagem de uma língua estrangeira nem a melhora do conhecimento profissional, ao menos no sentido mais estrito da palavra. De acordo com algumas pesquisas que pude realizar, as vantagens para o estudante poderão ser encontradas mais na esfera da «formação pessoal» que na «profissional». Ou seja, as vantagens têm a ver com o amadurecimento do caráter, do desenvolvimento intelectual e da aquisição de um estilo de vida que se identifica com uma formação contínua no sentido mais geral. De fato, os estudos no exterior oferecem uma oportunidade de experimentar a vida em um ambiente cultural distinto ao próprio.*

*Através da comparação com uma cultura diferente, ao indivíduo se dá a oportunidade de analisar aqueles valores (não todos necessariamente positivos) que desde a infância ele considerou evidentes e universais e colocá-los em uma dimensão de relatividade. Ao mesmo tempo, a pessoa jovem poderá perceber que é diferente da sua própria cultura de uma maneira positiva. Se relacionamos os conceitos apresentados mais acima, será evidente que o direito a estudos interculturais, à educação contínua em um amplo sentido e à democracia substancial resultarão em uma cultura de paz».*

O ministro italiano de Universidades e Pesquisas, Antonio Ruberti, antigo Reitor da Universidade «La Sapienza» de Roma, que assistiu às reuniões da Conferência de Reitores desde que era decano da Faculdade de Engenharia, e consciente do longo envolvimento da professora Corradi na promoção da mobilidade estudantil, apresentou de maneira oficial o Programa Erasmus às universidades italianas. O fez em uma circular na qual remetia o leitor ao livro de Corradi, «ERASMUS e COMETT. Educazione degli adulti e formazione universitaria transculturale» (Rome, Bulzoni Editore, 1988) para mais informação. Esse livro contém grande parte do que está escrito neste mesmo. Mais tarde, o Ministro Ruberti designou a professora Corradi para a Comissão de Relações Internacionais do ministério, e quando ele foi nomeado comissário da União Europeia continuou, em muitas ocasiões, honrando-a com afeto.

## 22. LA EFICACIA EDUCATIVA DE LOS ESTUDIOS EN EL EXTRANJERO

Dentro do marco teórico do grande campo conhecido como *life-long learning* (formação contínua), o Programa Erasmus pode se considerar não só um processo educativo, senão também, e quiçá principalmente, um modelo científico destinado a fomentar o melhor uso possível do mundo e da riqueza da vida como oportunidades de aprendizagem e crescimento.

A experiência educativa da qual falamos possui um número de características que ressaltam a clara diferença com respeito

aos outros tipos de mobilidade temporal de pessoas. O primeiro, por sua duração, que normalmente é de vários meses ou de um ano letivo. O segundo, por sua estabilidade, já que o indivíduo não se move entre várias cidades, senão que permanece no mesmo lugar por vários meses. Outro fator positivo é o alto nível cultural dos participantes (estudantes universitários), que claramente proporciona a melhor base para familiarizar-se com outra cultura e para ler e decodificar novas mensagens através de uma profunda compreensão.

Além disso, quando os participantes empreendem este período *vital* no exterior, não são nem demasiado jovens nem demasiados maduro para que seu caráter já tenha sido cristalizado com ideias difíceis de mudar. Por outra parte, como resultado da bem conhecida aceleração do desenvolvimento individual, que foi reconhecida pelos vários governos que reduziram a maioria dos 21 aos 18 anos, a idade dos estudantes universitários lhes caracteriza de maneira inegável como adultos. Esse fator envolve muitas implicações educativas, particularmente no que respeita ao cumprimento da experiência intercultural com a que tratamos aqui e o que ela implica: espera-se que o indivíduo aprenda de maneira autônoma deste «grande laboratório educativo» que é a própria vida, comparado à educação prévia, apesar de que seja indispensável para a aprendizagem, imprevista ou alternativa, que foi denominada por acadêmicos reputados como um «pequeno laboratório educativo».

Os estudantes de Erasmus o são por vontade própria. Como em todas as *experiências* de aprendizagem vitais, se espera que



o indivíduo seja o que decida fazer parte dela e, como consequência, possua as iniciativas concretas e necessárias que se requerem. Este é um ponto essencial que nos faz detectar que a mobilidade estudantil, da qual estamos falando, pouco tem em comum com uma excursão escolar, porque esta última, ainda que seja útil, os alunos a experimentam de maneira dependente ou subordinada, enquanto a liderança se outorga ao professor. Dito de outro modo, no caso de uma excursão de uma escola de educação elemental, a diferença entre o professor e o estudante é clara, enquanto, em uma *experiência* de formação de adultos, não haveria grande distinção entre o papel do professor e o do aluno. Cada indivíduo, em relação consigo mesmo e com os demais participantes, assume, de maneira simultânea ou alternativa, tanto o papel de ensino como o de aprendizagem, com tendência a unificá-los em uma forma de participação realmente democrática. Na *experiência* educativa intercultural Erasmus, o estudante universitário assume não só a obrigação educativa, como também a de protagonista e líder.

O fato de permanecer em uma cidade (e talvez em seus arredores) é outra característica essencial da *experiência* Erasmus: diferentemente de um turista, um estudante Erasmus se estabelece no mesmo local durante vários meses e, portanto, tem a oportunidade de participar na vida local; isto significa que não só se implica na vida universitária, como também na da cidade ou comunidade.

O estudante Erasmus tem a oportunidade (como parte da experiência dentro da comunidade universitária) de interagir com um grupo de colegas, enquanto o turista ou viajante

somente desfruta do contato ocasional com a população local e, de modo geral, com pessoas cujos interesses são diferentes aos seus. Por sua vez, o estudante tem contato com pessoas que não só são aproximadamente de sua mesma idade, senão que além disso compartilham seus mesmos gostos e problemas. Como todos sabemos, se as relações são autênticas e, como resultado, e como consequência são produtivas educacionalmente, é essencial que a interação, de acordo com os problemas ou interesses comuns, implique todos os que estão envolvidos. É evidente que a situação dos estudantes Erasmus dentro de um grupo de estudantes em uma instituição anfitriã é ideal neste aspecto; é quase um «laboratório» educativo perfeito.

A *experiência* intercultural da qual falamos ocorre na melhor das condições, embora também quando se dão outros aspectos, por exemplo quando um jovem se encontra imerso em uma cultura diferente, mas não em uma que lhe é completamente desconhecida. Como pode ser o meio universitário que é diferente ao que está acostumado, mas não de uma maneira excessiva.

No que se refere a uma experiência educativa em uma cultura diferente, se assume que, de maneira geral, com o fim de que esta seja frutífera, a estância no exterior deve ter um objetivo bem definido e claramente expresso; caso contrário, não será produtivo nos diferentes níveis. No caso dos Erasmus, não há nenhuma dúvida a respeito disso: o estudante, que vai a uma universidade estrangeira para realizar parte do programa universitário que lhe permitirá obter o título em seu país, é completamente consciente do trabalho que se requer (embora este seja flexível).

Há um ponto que não deveria ser óbvio. Inclusive as maiores vantagens da aquisição cognitiva e as perspectivas trabalhistas o são de acordo com a maturidade geral da personalidade, a aquisição da criatividade e o desenvolvimento de uma autoestima saudável e de um pensamento crítico. Estas vantagens são sumamente variadas e pertencem à esfera do desenvolvimento do caráter, da inteligência e da maturidade emocional, da posse de uma atitude positiva e amistosa com «o outro»; o controle do método científico e a adoção de uma forma de vida conhecida hoje em dia como *formação contínua*. Gostaríamos de enfatizar este ponto de novo: as vantagens que o estudante possui quanto à esfera da «sabedoria» pessoal frente à de «conhecimento» profissional. Por exemplo, um estudante de engenharia que participa no Erasmus não se converte em um «*melhor engenheiro*», mas sim em uma «*melhor pessoa*».

No exterior, não importa a cultura nativa do estudante, o primeiro que aprende é que, durante os contatos com diferentes culturas, cada parte tem tanto a aprender quanto a ensinar, e este aspecto não é nada desprezível.

Também aprende a adotar uma atitude cívica e democrática com aqueles que são diferentes. Durante séculos, o «estrangeiro» foi visto como o «inimigo». Na experiência Erasmus, o estudante aprende que as pessoas pertencentes a diferentes culturas não são necessariamente «inimigos» e ele ou ela terá a incalculável oportunidade de *experimentar* a vida como uma «minoría», incluso se o entorno amistoso produz consequências psicológicas negativas moderadas. É uma *experiência da vida adulta* com algo de proteção.



Durante a experiência Erasmus, o estudante aprende que, de um ponto de vista da *formação contínua*, esta pode considerar-se a base do método científico. Obviamente não estamos dizendo que uma universidade estrangeira ensine o método científico melhor que uma italiana. Nos referimos, mais bem, a uma aquisição mais ampla do método científico que exige que sempre sejamos cuidadosos com a finalidade de recusar preconceitos infundados e a generalização, e que, no sentido geral, acompanhará a vida acadêmica e extracurricular da pessoa bem adaptada a essa sociedade democrática. Este procedimento metodológico e de comportamento será assimilado e, posteriormente, aplicado quando o indivíduo necessite tomar decisões independentes, de acordo tanto com sua vida privada como com seu exercício de cidadania.

Como todos sabemos, desde 1987 a União Europeia gastou importantes quantias no Programa de Erasmus e em outros similares; e este gasto ativou os recursos da poderosa rede de quase quatro mil instituições europeias de educação superior. Desta forma, estes programas constituíram o primeiro exemplo da história de uma tentativa sistemática de educação intercultural europeia para a paz. Claro que o objetivo estabelecido é a integração europeia, mas, na realidade, as investigações mostram que o modelo que se consolidou também produz efeitos positivos na cultura extra europeia. Tudo isso tem lugar como marco de um «ambiente» de *formação contínua*, no qual o método científico é a norma natural que se identifica com os princípios da democracia substancial.



## 23. OS ESTUDOS NO EXTERIOR SEGUNDO A EXPERIÊNCIA DOS PARTICIPANTES

Poderia resultar útil informar de maneira breve o que encontrou a professora Corradi durante sua investigação sobre a eficácia pedagógica dos estudos no exterior, tudo isto realizado durante a criação do Programa Erasmus, bem como nos primeiros anos de sua implementação. Quase todas as pessoas entrevistadas indicaram que estudar no estrangeiro havia influenciado em sua carreira profissional de maneira substancial (tanto buscando seus primeiros trabalhos como mais adiante). Não obstante, o que destacou particularmente em sua vida pessoal e profissional foi o fato de ter *experimentado a vida no exterior*, em especial, numerosos estudantes apontaram que a *experiência de vida* no estrangeiro contribuiu para o fortalecimento e a melhoria de sua imagem pessoal, e ao mesmo tempo para o desenvolvimento de sua habilidade para interagir positivamente com pessoas diferentes. O Programa é uma *experiência* com influência emocional direta e, como sabemos, o que se adquire na esfera afetiva não só se acrescenta ao que se alcança através da aquisição cognitiva, senão também que interage com ela e produz *potenciais cognitivos que de outra maneira permaneceriam inutilizáveis*. Este fato deveria receber mais atenção por parte dos educadores europeus, já que por tradição tende-se a dedicar as atividades acadêmicas à promoção do intelecto e raciocínio, enquanto se dedica menos atenção à esfera emocional e espiritual.



Poderia ser de grande utilidade citar algumas frases dos entrevistados. Alguns dos comentários feitos em relação ao período de estudo no estrangeiro incluem: «*desbloqueia o potencial estudantil*», «*desenvolve a criatividade*», «*é um sopro de ar fresco*», «*alguém de uma cidade pequena viaja, e regressa um cidadão do mundo*», «*fortalece a fé em si mesmo de alguém jovem*», «*ensina a manter-se a você mesmo*», «*te ensina a pedir ajuda e a obter*», «*te deixa sentimentos de impressões inapagáveis de irmandade humana na alma*», «*me trouxe boa sorte em muitos momentos de minha vida, é um elemento que me proporcionou vantagem sobre outros candidatos*», «*se aprende que a vida pode ser vivida tão bem (ou tão mal) na base de princípios morais e materiais que são diferentes aos que estamos acostumados*», «*se aprende a se sincronizar na mesma sintonia que o outro*», «*se aprende a lidar com o que há de formas criativas ante problemas conhecidos e novos*», «*se aprende a pensar com sua própria mente*», «*só pode ser feito por gente jovem ansiosa de ar fresco*», «*se adquire a consciência de novas formas de solidariedade; quando precisa ajuda, a recebe de gente de quem nunca imaginaria e essas coisas depois nunca se esquecem*», «*as lembranças de sua vida estudantil não se esquecem*».

Com frequência há um vínculo emocional permanente com a cidade na qual a universidade se encontrava: «*Colônia sempre terá um espaço em meu coração*» e «*um pedaço de meu coração sempre estará em Bolonha*». Vários dos entrevistados também enfatizaram a continuidade das amizades feitas durante seus anos universitários, com referência aos compatriotas que



conheceram no exterior, bem como os estudantes locais e de outros países. Com relação aos séculos de *peregrinatio academica*, em ocasiões, quando os historiadores não foram capazes de rastrear a origem de relações pessoais amistosas entre pessoas influentes que nunca estiveram no país do outro, surgiu, por exemplo, a amizade entre duas pessoas de diferente nacionalidade, um espanhol e outro alemão, quando ambos eram estudantes na Universidade de Bolonha.

Em geral, as reações a esta experiência foram iguais para quase todos os estudantes Erasmus que voltam, com expressões como: *«era uma realidade que parecia um maravilhoso sonho»*, *«foi uma experiência muito emocionante»*, *«a organização foi terrível, porém foi uma experiência fantástica»*, *«as duas primeiras semanas foram terríveis, quase com lágrimas nos olhos, porém mais tarde o que me fez chorar foi a ideia de ter que ir embora»*, *«quando uma pessoa vai para o exterior, quatro meses parece muito tempo, mas o tempo voa; a duração ideal seria de um ano letivo completo»*.

As pesquisas mostram que no princípio quase todos os estudantes de intercâmbio têm problemas para organizar-se. Enfatizam as dificuldades que encontram durante os primeiros dias da sua chegada à universidade estrangeira. A maioria indica a primeira semana como um período crítico. Alguns afirmam terem se acomodado bastante bem no prazo de um mês desde sua chegada. É de grande importância para a acomodação rápida, satisfatória, social e acadêmica a existência de relações pessoais amistosas (prévias ou organizadas com este objetivo)



com ao menos duas pessoas da comunidade acadêmica local. Não obstante, as relações diretas ou indiretas com pessoas alheias ao entorno acadêmico, apesar de serem bem-vindas, não se consideram importantes para a aclimação social. Foi demonstrado que os problemas linguísticos se consideraram sérios só ao princípio. Alguns estudantes descrevem sentir-se fisicamente cansados, cujo fato atribuem ao seu «*desejo de fazer tudo, de estudar e olhar ao nosso redor*».

Se considerarmos que os estudantes são os beneficiários de desfrutar esta experiência no exterior, os primeiros que deveriam exercer pressão para ter este direito seriam as organizações estudantis. Na realidade, ao estabelecer o direito ao estudo, não usa só a expressão «*o direito ao estudo universitário*», senão que usa um enunciado mais amplo: «*em níveis superiores de estudos*» (Artigo 34). Não há dúvida de que todas as oportunidades de educação possíveis devem estar incluídas neste relatório. Portanto, podemos nos referir a um direito constitucional para estudar *na Europa e no mundo*.

Como o estudante é uma pessoa adulta, se deduz que é ele ou ela quem deve defender a consecução concreta de seus interesses, sejam individuais ou coletivos. Tal e como vimos, os elementos mais típicos e que mais se valorizam da educação adulta estão presentes no plano de estudos ideal que, através do Programa Erasmus, pode ser tornar realidade. Neste contexto, acreditamos firmemente que os alunos Erasmus e as organizações estudantis devem ter um papel importante no gerenciamento do Programa.

## 24. ANO 1989. A REUNIÃO ÍTALO-GERMÂNICA EM VILLA VIGONI

Desde 1988, a professora Corradi dedicou suas atividades a divulgar o Programa Erasmus através de conferências em universidades italianas e estrangeiras, bem como em outras organizações. Foi convidada a contribuir com artigos em jornais importantes como *La Repubblica*, *La Stampa*, *Il Corriere della Sera*, *Il sole-24 ore* e em revistas de investigação. Após as já mencionadas *Erasmus e Comett*, ela publicou os seguintes volumes: *Erasmus, Comett, Lingua, Tempus. Educazione permanente e formazione universitária internazionale* (Rome-Milan, FrancoAngeli, 1991); com resumo em inglês: *Le Conferenze dei Rettori delle Università Italiana* (CRUI), *Comunitaria* (EUREC), *Paneuropea* (CRE), *Mondiale* (AIU-IAU). *Storia e Documenti* (Rome, Aracne, 1998); *Cittadini italiani e cittadini europei. Per una educazione a nuove cittadinanze*, em cooperação com Teresa M. Mazzatosta (Rome, SEAM, 2001).

Em junho de 1989 aconteceu uma reunião organizada pelas conferências de reitores da Itália e da Alemanha na preciosa Villa Vigoni (em Menaggio, no Lago de Como, no norte da Itália) com o fim de fomentar os intercâmbios Erasmus entre os dois países, mas as propostas que surgiram durante esses dois dias de intenso trabalho ainda estavam repletas de necessidades de natureza geral. Acordou-se de maneira unânime que o problema de reconhecimento de estudos estrangeiros era muito delicado, mas uma matéria importante porque, por diferentes razões, isto



tem uma consideração notável tanto para os estudantes como para os professores; também entraram em acordo em que havia aumentado o número de problemas, mas em muitos dos casos estes se solucionaram de maneira satisfatória. Mencionaram-se então alguns princípios operacionais que desejamos mencionar, já que ainda são relevantes. A sintonia total entre educação, cursos e processos de avaliação não é possível, mas, por outra parte, a diversidade é muito útil e assim se evita a busca de um sistema de avaliação geral ou abstrato de equivalências. De forma contrária, é essencial uma ampla flexibilidade. O ponto de partida deve ser o princípio da estima e confiança recíprocas entre instituições de educação superior de diferentes países. Os estudos no exterior não deveriam, de nenhuma forma, criar uma demora na aquisição do diploma de grau. O emprego deste princípio por parte dos professores coordenadores do projeto individual é seu dever e responsabilidade, e não só durante a fase preliminar, senão também durante as fases de conclusão e reconhecimento. O acréscimo dos horizontes lingüísticos e culturais do estudante, sua maturidade, sua aquisição de habilidades específicas e a melhoria de suas perspectivas laborais compensam amplamente qualquer diferença no expediente entre universidades. Não há incompatibilidade entre o sistema de avaliação italiano (mediante um exame final) e o alemão (mediante um trabalho de documentação realizado de diferentes formas). Além disso, a equivalência de qualificações deve ser vista com cuidado («cum granu salis»), em cada caso particular, segundo a avaliação realizada pelo



professor na universidade receptora, quem avaliou o trabalho de acordo com seu método habitual. O julgamento é então «interpretado» pelo professor na universidade de origem. A recomendação para o reconhecimento dos créditos pode então resumir-se como: confiança mútua, flexibilidade, pragmatismo e uma visão global. O documento de Villa Vigoni endossa a velha tradição aplicada pelas duas Conferências, que mantêm que ambas a versões do texto, a italiana e a alemã, serão consideradas autênticas.

## 25. ANO 2004. A «GERAÇÃO ERASMUS»

Como sabemos, desde seu início em 1987, o Programa Erasmus adquiriu nos últimos anos uma dimensão mundial (ou seja, não somente europeia) que a professora Corradi havia concebido inicialmente. De fato, havia planejado involucrar as Nações Unidas e a UNESCO. Isto se deve a uma coincidência de afortunados eventos históricos cuja ideia se fomentou pela então crescente comunidade europeia.

Com frequência, refere-se aos alunos de intercâmbio como «a Geração Erasmus». Facilmente pode ser previsto que, nos anos vindouros, a classe dirigente, no mais amplo sentido da palavra, tanto em países independentes assim como na Europa inteira, estará composta majoritariamente pela atual «população estudantil universitária». De forma mais específica, a professora Corradi acha que é lógico prever (ao menos como



hipótese inicial para investigação acadêmica) que, desta grande população, a nova classe dirigente incluirá, em particular, aqueles indivíduos que desfrutaram de ambas experiências: ter representado organizações estudantis em conselhos universitários, onde tiveram a oportunidade de se familiarizar com a dinâmica e a liderança de órgãos coletivos, e aqueles que fizeram parte no Programa Erasmus, cujos muitos efeitos de crescimento e desenvolvimento pessoal e entendimento intercultural se referem como: «o efeito Erasmus». Corradi confia em que será um mundo melhor do que se sentir orgulhosa.

## 26. ANO 2014. O PROGRAMA ERASMUS PLUS E SUA DIMENSÃO GLOBAL

Depois de ter presenciado o grau em que o Erasmus fomentou o crescimento pessoal, bem como o sucesso no mundo profissional, em 5 de dezembro de 2013 o Parlamento Europeu aprovou a expansão do Erasmus e de seu grande acréscimo orçamentário (45%) para os anos 2014-2020. Apesar da crise econômica mundial, este orçamento alcança os quinze bilhões de euros, aproximadamente quase dezesseis bilhões de dólares americanos.

Cabe assinalar então que, embora o Programa Erasmus Plus se aplique principalmente a 27 estados membros da União Europeia e aos estados geograficamente vizinhos, nos anos mais recentes os Erasmus têm se mobilizado na direção de uma

projeção mundial que a professora Corradi havia concebido para ele desde o princípio. Ela considera isto um elemento muito positivo como parte de sua convicção de que, no mundo atual, que está tanto globalizado quanto sob tensões internacionais, o modelo de mobilidade Erasmus pode promover o benefício da grande família humana, uma educação para o diálogo (ou melhor ainda, para uma mentalidade dialógica) parecida à que se produziu até agora no âmbito intereuropeu.

Na Europa de hoje em dia, muitas pessoas que estão na liderança e posições decisivas são alunos Erasmus. Ao mesmo tempo, enquanto se enfrentam grandes tensões, pondo em perigo muitas zonas de nosso planeta, expressam-se inúmeras esperanças para a adoção de diálogo no lugar de conflito.

O Programa, lançado em dezembro de 2013 com o nome de «Erasmus Plus» (ou «Erasmus +»), começou a ser operativo em janeiro de 2014 e inclui normas específicas para a mobilidade de jovens estudantes, professores, empresários e voluntários. Esperamos firmemente que as instituições em todo o mundo prestem agora atenção ao Erasmus Plus com o fim de não se perder uma oportunidade de melhorar a qualidade de vida.

A norma geral é que os indivíduos não podem solicitar diretamente uma subvenção. Somente o público qualificado ou instituições privadas, organizações ou consórcios estarão autorizados a solicitar relatórios financeiros. No site da União Europeia, as instituições interessadas no Programa encontrarão toda a informação necessária no *Erasmus Plus Programme Guide* publicado em inglês e em muitas outras línguas.

Como os documentos da União Europeia destinam-se a uma variedade de diferentes países, sistemas e culturas, redigem-se em termos gerais e, portanto, não sempre são fáceis de compreender. As normas sobre contabilidade e relatórios financeiros precisam de um estudo especial e uma aplicação por parte de pessoal profissional. Considerou-se que uma instituição tenha uma boa execução na coordenação e gerenciamento de projetos europeus prévios e procedimentos simplificados para futuras aplicações. É necessário lembrar que os escritórios da União Europeia recebem mais projetos dos que podem ser financiados com os fundos disponíveis.

Portanto, a sugestão de nosso pessoal é não se limitar a um projeto específico, mas ser flexível e começar a experiência Erasmus Plus como associado a um projeto dirigido por uma instituição que já tenha coordenado e gerenciado mais de um projeto europeu.

O *Erasmus Plus Programme Guide* e seus adendos são atualizados regularmente pelos escritórios da Comissão Europeia em Bruxelas.

A seguir, mostramos alguns exemplos de oportunidades que também estão abertas a países que não são membros da União Europeia.

*Erasmus Mundus Joint Master Degree* está aberto à participação mundial. Entre seus fins está «a adoção da excelência, uma melhoria de qualidade, inovação, e internalização da educação superior».

*Strategic Partnerships in the Field of Education, Training and Youth* também prevê um treinamento multinacional e atividades de aprendizagem em continentes diferentes à Europa. Entre seus fins incluem-se «*mentes empreendedoras para adotar as iniciativas multinacionais e habilidades; fomentar a cidadania ativa e negócios, incluindo as iniciativas sociais*».

*European Voluntary Service* permite aos jovens entre 17 e 30 anos realizar um trabalho voluntário de jornada completa por doze meses em outro país dentro ou fora da União Europeia. «*Aos jovens voluntários é dada a oportunidade de contribuir ao trabalho diário de organizações que abordam políticas de juventude e informação, desenvolvimento pessoal e sócio educacional de jovens, compromisso cívico, assistência social, inclusão dos desfavorecidos, o meio ambiente, programas de educação extraescolar, ITC e de meios de comunicação, cultura e criatividade, desenvolvimento e cooperação, etc.*»

Desejo sorte a vocês: a tarefa provavelmente seja árdua, mas proporcionará uma grande oportunidade de crescimento pessoal e institucional.



*Sit finis operis, non finis quaerendi*





## Sobre a autora

**S**ofia Corradi foi catedrática de ensino para adultos (*lifelong learning*) na Faculdade de Educação e formação na Universidade Estatal «Roma Tre» em Roma, Itália, onde foi diretora de seu «Laboratório de Formação Contínua» e de seu «Curso de pós-graduação em Teoria e Práxis da Formação Contínua (*lifelong learning*)».

Se formou com *Cum Laude* em Direito na Universidade de Roma «La Sapienza».

Como beneficiária das bolsas Fulbright e Columbia, estudou durante um ano acadêmico (1957-1958) na Faculdade de Direito da Universidade de Columbia, Nova Iorque, conseguindo assim um título de Mestrado em Direito Comparado.

Como única ganhadora do Nono Prêmio Internacional da Federação de Mulheres Empresárias e Profissionais, assistiu como diretora da delegação na sessão completa da Comissão dos Direitos Humanos das Nações Unidas, concentrando-se no acesso à educação como um direito humano fundamental.

Também estudou e realizou um trabalho de investigação na Academia de Direito Internacional de Haia (com uma bolsa com o governo holandês) e na London School of Economics (com uma bolsa proporcionada pelo conselho de investigação italiano, o CNR).

Foi assessora de relações acadêmicas internacionais durante anos para a Associação de Reitores das Universidades Italianas.

Foi membro do comitê promotor e a representante italiana no «Placement Project» (1988-92), financiado pela União Europeia, e desde o qual a rede EURES foi fundada com o propósito da inserção intereuropeia de trabalhadores.

Foi eleita durante três mandatos (1993-2000) como membro do Senado Acadêmico da Universidade Estatal «Roma Tre».

Em 2002, foi membro eleito do conselho da AAEA, a associação pan-europeia para a educação para adultos com sede em Bruxelas.

Em 2016 foi galardoada com o Prêmio Europeu Carlos V, em sua décima edição, outorgado pela Fundação Academia Europeia e Ibero-Americana de Yuste por ser a impulsora, em 1969, do Programa Erasmus da União Europeia, lançado em 1987 e depois ampliado e refinanciado em 2014 como Erasmus Plus. Nas nove edições anteriores o Prêmio foi concedido a Jacques Delors (1995), Wilfried Martens (1998), Felipe González (2000), Mikhail Gorbachev (2002), Jorge Sampaio (2004), Helmut Kohl (2006), Simone Veil (2008), Javier Solana (2010) e Manuel Barroso (2013). O Prêmio foi entregue a Sofia Corradi pelo Rei da Espanha, Felipe VI, em uma solene cerimônia celebrada no Real



Mosteiro de Yuste em 9 de maio, Dia da Europa, e em presença do então Presidente do Parlamento Europeu Martin Schulz.

Ao longo do ano de 2017 celebrou-se o 30º Aniversário Erasmus e Sofia Corradi recebeu diversas honras e reconhecimentos, entre os quais se destacam os seguintes: a Italian Association of University Professors (AIDU) lhe deu o Prêmio “Humboldt-Newman”; o Presidente da República Italiana outorgou-lhe o título honorífico de “Commendatore ao Merito della Repubblica”; o Governo Espanhol concedeu-lhe a Grande Cruz da Ordem Civil de Alfonso X o Sábio; a Union for Action against Illiteracy (a histórica UNLA) outorgou-lhe o “International Prize Anna Lorenzetto”; o Presidente do Senado Italiano a convidou a dar o discurso oficial do 30º Aniversário Erasmus na Assembleia de todos os Presidentes dos Parlamentos dos Estados membros da União Europeia, celebrado em Roma, na Sala de aulas do Senado Italiano; a Erasmus Student Network (ESN), que é a associação dos Alumni Erasmus, a nomeou “First Erasmus Ambassador”; e foi convidada pelo Reitor (como “Convidada de Honra”) para a Abertura do Ano Acadêmico 2017-2018 da Universidade Estatal de Trieste, para falar sobre a pré-história do Programa Erasmus.

É autora de inumeráveis artigos e ensaios publicados em revistas científicas, bem como em jornais da importância do *Corriere della Sera*, *La Repubblica*, *Il Sole-24 ore*, ou *La Stampa*.

Fala e escreve inglês e francês de maneira fluente. Vive e trabalha em Roma, Itália.

E-mail: [sofia@sofiacorradi.eu](mailto:sofia@sofiacorradi.eu)

Website: [www.sofiacorradi.eu](http://www.sofiacorradi.eu)

# A Fundação Academia Europeia e Ibero-Americana de Yuste<sup>1</sup>

**A** Fundação Academia Europeia de Yuste, que em outubro de 2017 passou a ser a Fundação Academia Europeia e Ibero-Americana de Yuste, após fusionar-se com a Fundação Centro Estremenho de Estudos de Cooperação com Ibero-América (CEXECI), foi constituída em 9 de abril de 1992 como fundação cultural de caráter permanente. Desde sua criação a Fundação contribuiu de maneira permanente para o processo de construção europeia, defendendo os grandes ideais que inspiraram a Europa e promovendo uma Europa solidária como espaço de paz, liberdade, democracia e diversidade.

O nome da Fundação remete ao significado histórico do Real Mosteiro de Yuste, lugar escolhido por Carlos V para se refugiar para refletir nos seus últimos anos de vida, fazendo dele um dos lugares chave da memória e história europeia.

---

1 Consulte nosso site se deseja informação adicional sobre a Fundação Academia Europeia e Ibero-Americana de Yuste: <http://www.fundacionyuste.org>.

Foi reconhecida pela União Europeia como Organização de Interesse Europeu e participa nas principais plataformas e redes europeias relacionadas à cultura, ao multilinguismo, à cidadania ativa e à reflexão sobre Europa.

Desde um ponto de vista histórico, a Fundação visa revitalizar os aspectos comuns da cultura europeia, nascida da contribuição plural e heterogênea de todos e cada um dos países e regiões do Velho Continente. O aspecto cultural das atividades promovidas pela Fundação se desenvolve de forma paralela ao seu interesse pela sociedade europeia: para a Fundação, toda iniciativa encaminhada para a melhoria e a promoção do conhecimento das raízes socioculturais dos povos e nações que conformam a realidade europeia atual e permite o desenvolvimento de uma Europa aberta e tolerante no âmbito da *diversidade nacional e cultural*.



A Fundação decanta seus interesses culturais e sociais para o conhecimento e difusão das raízes histórico-culturais dos povos e nações que formam a Europa atual. Seus seminários, congressos, publicações, concertos anuais, a entrega do Prêmio Europeu Carlos V, os Centros de Documentação virtuais, seu programa acadêmico Campus Yuste, bem como o papel desenvolvido por seus órgãos reitores principais -a *Academia Europeia* (e agora também Ibero-Americana) de Yuste e o *Patronato da Fundação* formado pelo: Presidente da Junta de Extremadura (Presidente da Fundação Academia Europeia e Ibero-Americana de Yuste), o Ministro de Assuntos Exteriores da Espanha (Vice-presidente primeiro da Fundação), o Reitor da Universidade da Extremadura (Vice-presidente segundo da Fundação), o Secretário-Geral da Presidência da Junta de Extremadura (Secretário da Fundação), os Ministros de Assuntos Exteriores da Alemanha, Áustria, Bélgica, Itália, Luxemburgo, Hungria e Portugal, o Ministro de Cultura dos Países Baixos, Jacques Delors (Ex-Presidente da Comissão Europeia), 15 representantes da Junta de Extremadura, quatro pessoas de reconhecido prestígio no âmbito ibero-americano e cinco representantes da Universidade de Extremadura-, mostram e reforçam ao mesmo tempo as orientações fundamentais da Fundação:

- Reforçar a integração europeia através da promoção da cidadania ativa, da cultura, da política social, da formação e da investigação.
- Favorecer o debate em torno da construção europeia e promover os valores europeus.



- Organizar atividades que contribuam a difundir a memória europeia.
- Fomentar o estudo e a difusão do patrimônio cultural europeu.

O perfil das personalidades às que se concedeu o Prêmio Europeu Carlos V e as contribuições no âmbito da ciência e humanidades dos *Acadêmicos de Yuste* coincide com as aspirações da Fundação Academia Europeia e Ibero-Americana de Yuste e seu órgão executivo, ou seja, *a difusão do patrimônio cultural europeu com enfoque plural*.

A Fundação Academia Europeia e Ibero-Americana de Yuste concede o Prêmio Europeu Carlos V àquelas pessoas, iniciativas, instituições e projetos que, com seu esforço e dedicação, contribuíram ao conhecimento geral e engrandecimento dos valores culturais e históricos assim como à formação da identidade europeia (Jacques Delors em 1995; Wilfried Martens em 1998; Felipe González em 2000; Mikhail Gorbachev em 2002; Jorge Sampaio em 2004; Helmut Kohl em 2006; Simone Veil em 2008; Javier Solana em 2010; José Manuel Durao Barroso em 2012; Sofia Corradi “Mamma Erasmus” em 2016 e Marcelino Oreja Aguirre em 2017).

A *Academia Europeia e Ibero-Americana de Yuste* se constituiu como órgão da Fundação para o desenvolvimento e cumprimento dos seus objetivos fundacionais. A Academia é composta por cadeiras simbólicas, cada uma delas com o nome de um europeu já falecido, e a partir de agora também de reconhecidas personalidades ibero-americanas. Essas cadeiras são ocupadas, com caráter honorífico, por personalidades europeias de reco-

nhedido prestígio intelectual ou cultural. Com tal nomeação, a Fundação Academia Europeia e Ibero-Americana de Yuste deseja ir distinguindo expressamente, em ordem aos seus méritos e circunstâncias pessoais, aquelas pessoas que se tenham destacado por seu trabalho de criação ou de investigação, impulsionando com seu trabalho a construção do patrimônio cultural comum, o progresso e desenvolvimento das ciências de modo geral. Na atualidade, os membros da Academia são os seguintes: Ursula Lehr (Cadeira Marie Curie); Edoardo Vesentini (Cadeira Molière); Gilbert Trausch (Cadeira Arias Montano); Gustaaf Janssens (Cadeira Erasmo); Marcelino Oreja (Cadeira San Benito); Abram de Swaan (Cadeira Freud); Joaquim Veríssimo Serrao (Cadeira Kant); Antonio López García (Cadeira Marco Tulio Cicerón); Hans Küng (Cadeira Wolfgang Amadeus Mozart); Margarita Salas Falgueras (Cadeira Isabel a Católica); Alain Tourain (Cadeira Antonio Lucio Vivaldi); Zsuzsanna Sandomé Ferge (Cadeira John Maynard Keynes); Peter Piot (Cadeira Sócrates); Maria Joao Pires (Cadeira Anne Frank); Valentin Fuster Carulla (Cadeira Maimonides); Edgard Morin (Cadeira Jean Monnet); Paul Preston (Cadeira Marcel Proust); María del Carmen Iglesias Cano (Cadeira Montesquieu); Manuela Mendonça (Cadeira Joan d’Arc); Monica Luisa Macovei (Cadeira Eugene Ionesco); Juan Carlos Rodríguez Ibarra (Cadeira Manuel Godoy); Inge Schoenthal Feltrinelli (Cadeira Clara Zetkin); Martti Ahtisaari (Cadeira Nicolau Copérnico); Federico Mayor Zaragoza (Cadeira Leonardo Da Vinci); Franz Wesler-Möst (Cadeira Johannes Kepler); e Rebeca Grynspan (Cadeira Gabriela Mistral).

In Memoriam: José Saramago (Cadeira Rembrandt); Reinhard Selten (Cadeira Shakespeare); Umberto Eco (Cadeira Platão); Sir

Peter Shaffer (Cadeira Cervantes); Heinrich Rohrer (Cadeira Cristóvão Colombo); Mstislav Rostropovich (Cadeira Dante Alighieri); Gaston Thorn (Cadeira Lorenzo o Magnífico); Manuel Fernández Álvarez (Cadeira Paul Henri Spaak); Ilya Prigogine (Cadeira J.S. Bach); Cardeal Franz König (Cadeira Damio de Góis); Willem Frederik Duisenberg (Cadeira Diego Velázquez); Bronislaw Geremek (Cadeira Ludwig van Beethoven); Antonio Tabucchi (Cadeira Luis Vaz de Camões); Tzvetan Todorov (Cadeira Jean-Jacques Rousseau); Vaclav Havel (Cadeira Franz Kafka).

Desde outubro de 2017 a Fundação Academia Europeia e Ibero-Americana de Yuste se converte em uma nova entidade extraordinariamente potente e fortalecida que operará como veículo de transferência e engrenagem entre Europa, Estremadura e Ibero-América, tendo como objetivo criar novas pontes de união entre seus territórios, espaços e culturas, e projetando sua bagagem e experiência acumulada durante mais de 25 anos, para tornar-se assim na principal ferramenta da região no marco da sua relação com ambas as zonas geográficas do âmbito da sociedade civil. Desta maneira, a Fundação Academia Europeia e Ibero-Americana de Yuste terá como objetivo contribuir ao impulso e consolidação de contribuir para a promoção da democracia, respeito aos direitos humanos, fomento da paz e concórdia internacional, assim como o desenvolvimento integral, harmônico, equilibrado e sustentável de todos os povos e nações do mundo, especialmente mediante a promoção da cultura, da investigação, da difusão do conhecimento e a integração social<sup>2</sup>.

---

2 Mais informação: [www.fundacionyuste.org](http://www.fundacionyuste.org)



[www.fundacionyuste.org](http://www.fundacionyuste.org)

**Erasmus** (denominado oficialmente desde 2014 como «Erasmus Plus» é um programa de grande escala criado em 1987 pela União Europeia. Até o ano de 2017, graças ao programa Erasmus, cinco milhões de estudantes puderam realizar intercâmbios durante um ou dois semestres de estudos no exterior em quatro mil instituições europeias de educação superior, com o pleno reconhecimento para obter o diploma nas suas instituições de origem. O programa Erasmus Plus também contempla a possibilidade de conceder certo grau de mobilidade para professores, profissionais, empresários e trabalhadores. Isto será possível graças ao fato de que no período de 2014-2020 a União Europeia aumentou em 45% o orçamento do programa, que atualmente conta com um total de 15 bilhões de euros, aproximadamente o equivalente a quase 16 bilhões de dólares norte-americanos. Além disso, tem o objetivo de ampliar o programa a países não pertencentes à União Europeia. Este livro nos revela parte dos segredos de como se gestou o Erasmus inclusive antes de ser Erasmus, e nos dá pistas para que o programa continue se ampliando no futuro. Um dos sonhos que nos confessou Sofia Corradi, *Mamma Erasmus*, é que ela gostaria que o Programa fosse também uma realidade na Ibero-América.

**Sofia Corradi** foi catedrática de ensino para adultos (*lifelong learning*) na Faculdade de Educação e Formação na Universidade Estatal «Roma Tre» em Roma, Itália, onde foi diretora de seu «Laboratório de Formação Contínua» e do «Curso de pós-graduação em Teoria e Práxis da Formação Contínua (*lifelong learning*)». Em 2016 recebeu o Prêmio Europeu Carlos V, em sua décima edição, concedido pela Fundação Academia Europeia e Ibero-Americana de Yuste por ser a impulsora, em 1969, do Programa Erasmus da União Europeia, lançado em 1987 e logo ampliado e refinanciado em 2014 como Erasmus Plus.



FUNDACIÓN  
ACADEMIA EUROPEA E  
IBEROAMERICANA DE  
YUSTE



Secretaría General  
**Iberoamericana**  
Secretaria Geral  
**Ibero-Americana**

**JUNTA DE EXTREMADURA**